



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

SANDRA REGINA COSTA SALOMÃO

**A TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PARÁ: A Contribuição da Cultura
Africana no Pará**

Itaituba
2017

SANDRA REGINA COSTA SALOMÃO

**A TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PARÁ: A Contribuição da Cultura
Africana no Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em História.

Orientador: Prof^a.Raquel Peres Rocha. Esp.

Itaituba

2017

Salomão, Sandra Regina Costa.

A TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PARÁ: A Contribuição da Cultura Africana no Pará. Sandra Regina Costa Salomão. Itaituba: FAI 2017.

61 fls.:

Orientadora: Raquel Peres Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2017.

1.História. 2. Sociedade. 3. Afrodescendentes 1. Rocha, Peres Rocha. II.
Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2017.

SANDRA REGINA COSTA SALOMÃO

A TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PARÁ: A Contribuição da Cultura Africana no Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em História.

Orientador: Prof^a.Raquel Peres Rocha, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof^a. Djalmira de Sá Almeida, Dr^a.

Orientador: _____ Nota: _____

Prof^a. Raquel Peres Rocha, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof^a. Lindamar Nogueira, Esp

Resultado: _____ Média: _____

Data: 18 de Março de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me proporcionado esta graça de ter concluído o meu curso superior, pois foi umas das maiores vitórias alcançada na minha vida, obrigado senhor por ter permitido que eu chegasse até aqui;

Obrigado a minha família por terem me ajudado a realizar esse sonho especialmente as minhas filhas Edvannia Cristhian Costa Salomão, Edjanni Tatiane Costa Salomão, Edyara Caroline Costa Salomão e ao meu Filho Leonardo Davi Salomão Santos a minha Sobrinha Sandra Regina Oliveira Soares e ao Francisco Lima;

Aos meus amigos que tanto me ajudaram nessa jornada acadêmica especialmente Gesselene de Nazaré, Rondenelson Ribeiro Monteiro, Ruana Batista, Vinicius, Antônia Vanda Sobral Silva, Marcio Henrique

A todos os meus professores que me ajudaram durante esses 4 anos especialmente À Professora Dr^a Djalмира de Sá Almeida, Lindamar Nogueira, pela presença na banca e ricas contribuições nesse trabalho;

À professora e orientadora Raquel Peres, além de uma grande amiga, sempre me auxiliando em tudo com paciência, e aos professores Paulo Lira e Ricardo Ney, pelo incentivo que tornaram possível a conclusão de tantos trabalhos desta monografia;

Enfim, agradeço a todos que fizeram ou fazem parte do meu universo, que de uma ou outra forma estiveram comigo, contribuindo e me ajudando a crescer.

Muito obrigada!

Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados de ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas.

MARC BLOCH

RESUMO

A presente monografia traz como temática a Trajetória dos negros no Pará: A Contribuição da Cultura Africana no Pará. Surge com o objetivo geral de mostrar a importância de se conhecer a história dos africanos e de seus descendentes, fazendo uma análise historiográfica da chegada dos Negros no Brasil até chegar ao Estado do Pará. Por sua vez, de forma específica, objetiva-se descrever a origem historiográfica do povo africano; Caracterizar o processo da chegada dos europeus no continente africano; Analisar o processo do tráfico negreiro; Compreender o impacto da escravidão para a formação histórica brasileira; Relatar sobre os quilombolas; Mostrar a participação dos negros na Cabanagem; Apresentar a contribuição dos africanos para a cultura paraense; Argumentar a importância do patrimônio cultural imaterial. Esta pesquisa é de suma importância para analisar os pontos históricos da chegada dos negros no Pará, por meio da qual se pôde observar que devido à falta de mão - de - obra servil, os povos nativos não ofereciam este tipo de trabalho. No primeiro momento, sabe-se que os primeiros escravos que existiram no Brasil, como um todo, foram seus moradores nativos, os indígenas, em que se detinha mão de obra compulsiva utilizada pelos europeus ao chegarem aqui no Brasil. Surge, então, neste cenário, a necessidade de se trazer escravos negros para ocupar esta mão-de-obra necessária no Pará. É essa trajetória que se pretende registrar na referida pesquisa. Além disso, tem-se como base metodológica o uso de fontes bibliográficas, que deram subsídio para o desenvolvimento do assunto, também apresentará pesquisa de campo, com caráter quantitativo, enaltecendo o presente trabalho. A monografia teve como finalidade, mostrar a contribuição da cultura africana e dos afrodescendentes para formação cultural do país, buscando analisar o contexto histórico e uma clareza da realidade desses povos que vieram para esse continente. Colaborando dessa forma para a ruptura dos estereótipos criados sobre os negros.

Palavras Chave: Historiografia. Afrodescendentes. Cultura. Sociedade.

ABSTRACT

The theme of this monograph is: The Trajectory of Blacks in Pará: The Contribution of African Culture in Pará. With the general objective of Show the importance of knowing the history of Africans and their descendants. Making a historiographic analysis of the arrival of the Blacks in Brazil until arriving at the State of Pará. And specifics: to describe the historiographic origin of the African people; To characterize the process of the arrival of the Europeans in the African continent; Analyze the slave trade process; Understanding the impact of slavery on Brazilian historical formation; Report on the quilombolas; Show the participation of blacks in Cabanagem; To present the contribution of the Africans to the culture of Pará; Argue the importance of intangible cultural heritage. This research is very important to analyze the historical points of the arrival of the blacks in Pará, due to the lack of servile labor, the native peoples did not offer this type of work. In the first moment, it is known that the first slaves that existed in Brazil, as a whole, were their native inhabitants, the natives, in which this compulsive labor was used by the Europeans when arriving here in Brazil. And then, in this scenario, the need to bring in black slaves to occupy this necessary labor force in Pará. And this trajectory that is intended to be recorded in said research. This research has as a methodological basis the use of bibliographical sources, which gave subsidy for the development of the subject, will also present field research, quantitative, extolling the present work. The purpose of the monograph was to show the contribution of African and Afro-descendant cultures to the country's cultural formation, seeking to analyze the historical context and a clarity of the reality of these peoples who came to this continent. Collaborating in this way to break the stereotypes created about the blacks.

Keywords: Historiography. Afrodescendants. Culture. Society..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Navio Negreiro.....	22
Figura 2	Índio sendo escravizado	24
Figura 3	Índio sendo catequizado	27
Figura 4	Zumbi dos Palmares	30
Figura 5	Quilombo dos Palmares	32
Figura 6	Capoeira no Brasil no século XVI	46
Figura 7	Influência culinária dos afrodescendentes no Brasil.....	50
Figura 8	Práticas do Candomblé	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 A INFLUÊNCIA DOS PORTUGUESES NO CONTINENTE AFRICANO.....	13
2.1.1 Motivos que levaram os portugueses ao continente africano	16
2.1.2 O tráfico negreiro.....	19
2.2 A CHEGADA DOS NEGROS NO BRASIL.....	23
2.2.1 A troca da mão de obra escrava indígena pela africana	23
2.2.2 A importância de ter um escravo	28
2.2.3 A resistência escrava	31
2.3 A TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PARÁ: A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA AFRICANA NO PARÁ	38
2.3.1 A Participação Dos Negros No Movimento Cabano	38
3.3.2. A presença da cultura africana no Pará	40
2.3.3 A preservação do patrimônio cultural imaterial	43
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	55
4 RESULTADO DA PESQUISA	57
5 CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	6

1 INTRODUÇÃO

Tem-se como proposta fazer uma investigação sobre a trajetória dos negros no Pará, considerando a contribuição da cultura africana nesse Estado. As questões que norteiam essa pesquisa são as seguintes: Quais os benefícios econômicos que o Continente Africano trouxe para a América? Quais os motivos que levaram os negros a virem para o Estado do Pará? Qual foi a contribuição dos negros para a sociedade paraense?

Com isso, objetiva-se mostrar a importância de conhecer a história dos africanos e de seus descendentes, fazendo uma análise historiográfica da chegada dos Negros no Brasil até chegar ao Estado do Pará. Descrever a origem historiográfica do povo africano, caracterizando o processo da chegada dos europeus no continente africano, analisando o processo do tráfico negreiro, compreendendo o impacto da escravidão para a formação histórica brasileira, relatando sobre os quilombolas, mostrando a participação dos negros na Cabanagem e apresentando a contribuição dos africanos para a cultura paraense e a importância do patrimônio cultural imaterial.

O estudo torna-se relevante por se analisar os pontos históricos da chegada dos negros no Pará, devido à falta de mão - de - obra servil, os povos nativos não ofereciam este tipo de trabalho. No primeiro momento, sabe-se que os primeiros escravos que existiram no Brasil, como um todo, foram seus moradores nativos, os indígenas, no qual esta mão-de-obra compulsiva foi utilizada pelos europeus ao chegarem aqui no Brasil. Esse processo não foi diferente na Amazônia, tendo em vista a necessidade de adentrar as difíceis trilhas da floresta, o indígena além de servir de mão-de-obra, era um guia entre as matas. Mas, como todos os povos que são invadidos, e massacrados pelo conquistador, a maioria dos indígenas se rebelou a estes serviços, surgindo, desse modo, a necessidade de se trazerem escravos negros para ocupar esta mão-de-obra necessária no Pará. É esta trajetória que se pretende registrar na referida pesquisa.

A referida pesquisa tem como base metodológica o uso de fontes bibliográficas, que darão subsídio para o desenvolvimento do assunto, também apresentará pesquisa de campo, quantitativa, enaltecendo o presente trabalho.

A monografia tem como finalidade, mostrar a contribuição da cultura africana e dos afrodescendentes para formação cultural do país. Analisando o contexto

histórico e da realidade desses povos que vieram para esse continente, colaborando dessa forma para a ruptura dos estereótipos criados sobre os negros.

A presente pesquisa está dividida da seguinte maneira no primeiro momento, foi feito um registo historiográfico sobre o processo de escravidão e como os portugueses entraram nesse tipo de comércio, e o que os levou ao continente africano. No segundo momento foi apresentado como ocorria a chegada desses negros escravizados no Brasil, a questão da viagem nos grandes navios tumbeiros, e a troca da mão de obra, da indígena pela negra.

E no terceiro momento, foram apresentadas as trajetórias do negro no Pará, e a sua participação no contexto histórico nacional e regional, e finalizando foi demonstrado as principais contribuições que os negros africanos deixaram no país. Por fim, foi apresentado a metodologia utilizada, com os resultados da pesquisa, e as considerações finais sobre o tema abordado na referida monografia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INFLUÊNCIA DOS PORTUGUESES NO CONTINENTE AFRICANO

No século XV, Portugal inicia a um novo marco na História, que foi chamado de Grandes Navegações. Com o domínio das rotas comerciais pelos árabes muçulmanos e o monopólio pelos italianos genoveses, Portugal cobiçava essas peças raras no mundo europeu. Voltando os seus olhares a cidade marroquina de Ceuta, no norte da África, pois a nobreza portuguesa queria ter o domínio do comércio no norte africano e não depender do monopólio genovês sobre as mercadorias orientais.

Para isso, era necessário dominar alguns pontos de entreposto e rotas comerciais e dominar o mar. Segundo Silva (2000) a atenção de Portugal é despertada, desde logo, pelo norte da África, com suas cabeças de rota do ouro transaariano. E assim, Portugal organiza uma expedição contra a cidade de Ceuta em 1415.

A conquista de Ceuta, em 1415 não representou, contudo, a construção de uma sólida rede comercial na África. Ceuta portuguesa foi, quase de imediato, isolada pelos mouros dos demais centros comerciais, e os grandes mercadores, inclusive os transaarianos, desviaram suas rotas da cidade, que passou a importar alimentos para o seu abastecimento. (SILVA, 2000, p. 38)

Após a conquista de Ceuta pelos portugueses a cidade passou por um declínio econômico, pois Portugal a invadiu para seu lucro o comércio que se encontrava na região, as ricas rotas de ouro e vários outros produtos da região do Mali, muitos lucrativos para os comerciantes árabes e genoveses que os comercializam na Europa, porém, os mouros transaarianos fizeram com que a cidade ficasse isolada, colaborando para que rotas de comércio mudassem para outros pontos.

Desse modo, o abastecimento de alimentos ficou por conta dos portugueses, fazendo com que o Portugal ampliasse e conquistasse regiões próximas de Ceuta para os gastos feitos pela nobreza e o governo não fosse perdido. Assim, Portugal vendo a uma necessidade expansionista maior fez um investimento na área militar e na marinha. Em fins do século XV, Portugal, movido pela busca de riquezas e de

lucros comercia, já tinha adquirida experiência considerável na exploração econômica do ultramar.

Nesse contexto, a chave para tanto residia no controle do comércio marítimo no Oceano Atlântico é nos ganhos obtidos com a instalação de feitorias fortificadas ao longo da costa da África.

Se traçarmos o mapa geopolítico do mundo no ano de 1500, veremos surgir um certo número de grandes regiões relativamente autônomas que estavam em certo grau interligadas fosse através do comércio ou devido a conflitos. Havia, primeiramente, o Extremo Oriente que, representado pelo Japão e pela China, pelas regiões do Pacífico e do oceano Índico, compreendendo as ilhas Molucas, Bornéu, Sumatra e a própria Índia, era a fonte de abastecimento do mundo em especiarias. Depois, havia a Europa, com os eslavos, os escandinavos, os alemães, os anglos saxões e os latinos, que permaneciam confinados dentro de suas fronteiras. Enfim, havia a África, com sua encosta mediterrânea ao norte e suas costas do Mar Vermelho e do Oceano Índico que participavam, de forma crescente, do comércio internacional com o Extremo Oriente e com o Oriente. (OGOT, 2010, p. 30).

Segundo o autor supracitado, a partir das grandes navegações, onde países europeus partiram em busca de novas conquistas e especiarias e riquezas, deu-se a expansão e a exploração de regiões das Américas considerado o novo mundo, e também da região africana.

O mesmo menciona que durante os anos de 1500 a 1800, foi estabelecido um novo sistema geoeconômico, através do Atlântico, formando um triângulo, ligando a Europa, a África e as Américas. Esse comércio permitiu a Europa aumentar sua dominação sobre as sociedades americanas e africanas. A partir daí as mesmas passaram a serem somente fontes de riquezas e acumulação de matéria prima que passou a ser comercializada e distribuída pelo mundo todo, através dessas rotas.

Esses tipos de comércio ficaram conhecidos como além-mar, contribuindo bastante para a o acúmulo e a riqueza de países europeus, facilitando a dominação da Europa no restante do mundo. (OGOT, 2010). As autoridades portuguesas buscaram legitimar, por intermédio do papa, a conquistas de novas terras. A bula papal romana pontifícia (1454) definiu que todas as ações de descoberta, de conquista e de colonização do espaço Atlântico e Africano até então efetuados pelos portugueses eram reconhecidas pelo papa como legítimas, o que incluía a escravização de árabes e africanos.

Portugal era, ao mesmo tempo, obrigada a voltar-se para outro vetor de expansão: o mar oceano, a costa ocidental africana e as ilhas atlânticas. Impulsionado por dois motivos básicos mudava, ou ampliava, sua política de expansão: de um lado o relativo fracasso da conquista de Ceuta, após os lucros imediatos auferidos no saque e, de outro, a pressão constante do reino de Aragão pela ocupação das fabulosas 'Islas Afortunadas', o arquipélago das Canárias. (SILVA 2000: 38)

Portanto, segundo autor Ogot (2010) as rotas de comércio do ouro existente na costa das minas foi que levou os Portugueses a estabelecer o monopólio real sobre esse comércio devido às conquistas litorais da África. Eles tiveram que fundar uma casa de minas, pois a mesma seria responsável pelo monopólio régio que havia na África, também a fortaleza de São Jorge de Minas localizada na atual cidade de Elmina, em Gama, País era uma plataforma para todas as operações comerciais e marítimas dos africanos com essas relações eles estabeleceram aproximação sobre o reino do Congo cada vez mais os Portugueses penetravam no continente Africano.

Eles procuravam não somente as suas riquezas mais também estabelecer bons relacionamentos entre os africanos com as segundas intenções de mais tarde poderem entrar no tráfico de escravos.

Portugueses conseguiram estabelecer numerosas feitorias na costa ocidental é fazer com que a população do litoral e seus chefes participassem do comércio com os Europeus. A partir do século 1481-1482, a fortaleza de Elmina. Tornou-se a feitoria mais importante da costa do ouro. (OGOT, 2010, p. 30)

Os portugueses empregaram métodos da dominação pela força, em várias cidades costeiras da África Oriental, onde implantaram guarnições e recolhiam impostos que eram destinados ao reino português. Eles procuraram se apossar do comércio do marfim, do ouro e outros metais preciosos que existiam naquela época.

Porém, nem todas as feitorias alcançaram sucesso na África, no século XVI, como Arguin a mais antiga feitoria portuguesa no território africano, que teve o declínio de seu comércio em ouro e outros produtos. Outras feitorias obtiveram sucesso, como Elmina, Gâmbia, Serra Leoa. (OGOT, 2010).

2.1.1 Motivos Que Levaram Os Portugueses Ao Continente Africano

Segundo Ogot (2010), o que levou os portugueses ao continente Africano foi a procura do ouro, pois África, tem várias riquezas mineralógicas, e era um dos

continentes mais rico pois havia não somente o ouro mais também matéria prima o marfim a prata e o ouro, e era um dos continentes mais cobiçados por eles. Poderiam transportar toda a mercadoria que eles compravam pela costa da África: o ferro, o metal, o cobre, pois, não havia esse tipo minério no seu país.

O comércio asiático era, obviamente, mais interessante do que o africano. No entanto, o continente africano era estratégico para que Portugal viabilizasse seus projetos de controle marítimo-comercial. Nesses momentos, as únicas coisas que interessavam a Portugal eram o ouro e os escravos. (VISENTINI, 2013: 43)

Desta forma, Portugal foi se envolvendo gradativamente pelo entorno do continente é conquistaram diversos territórios. Os Portugueses tinham o total domínio sobre o comércio, à economia é também pela política. A estratégia dos Portugueses foi à retirada do ouro no continente. Por isso, foi um objeto de intensa disputa pelas suas riquezas que lá existiam.

Portanto, os portugueses exerciam uma influência, devido a sua cultura em cima do povo africano, eles tinham também um armamento muito forte sobre os africanos e dominaram o comercio durante o século XV ao XVI. Os portugueses permaneceram bastante tempo no continente africano, pois era lucrativa para Portugal a busca de riquezas nessas colônias. Outros métodos dominantes era o recolhimento de impostos que beneficiaria ao Rei de Portugal e ao mesmo tempo se se apoderavam do comercio do ouro.

Os seus produtos também eram comprados aos mercadores estrangeiros, além disso, suas frotas dependiam das importações de madeira e de obra de outros produtos das florestas vindo dos países bálticos, que forneciam cereais produzidos em Portugal, era insuficiente desde o século XIV. Todo o comercio que Portugal começou a manter com a exploração da África era bastante lucrativo, rendendo o acumulo de várias riquezas, aumentando o poder da metrópole portuguesa e de sua classe dominante. Conforme menciona o autor:

O comércio com a África era assaz lucrativo para Portugal. Segundo os cálculos de Lúcio de Azevedo, os ganhos da Coroa, que se elevavam a cerca de 60 milhões de reais, na década de 1480, já atingiam 200 milhões sob o reinado do rei Manuel (1491 1521) e não menos de 279,5 milhões em 15345. Ao que tudo indica, esta progressão explica se não só pelas trocas com a Índia, mas também, e, sobretudo, pelas relações econômicas com a África. Além disso, esta formidável fonte de metal precioso, vindo do continente negro, permitiu a Joao II e ao seu sucessor Manuel estabilizarem

a moeda de prata, de cunharem o cruzado, moeda de ouro de grande valor, e, sobretudo, de reforçarem a frota, bem como, de desenvolverem a administração do Estado e das colônias. (OGOT, 2010, p. 33).

Dessa forma, a riqueza obtida da colônia africana permitiu a Portugal um aumento crescente em sua fortuna e riquezas, como também permitiu ao rei João II, e Manuel seu sucessor, a estabilizar a economia portuguesa, a reforçar sua frota naval, e a desenvolver a administração do Estado português, como também melhorar a condição de outras colônias em outros lugares.

Foi o comércio desenvolvido com a África e a Índia que contribuíram para a aceleração da Ascensão da classe dos negociantes portugueses, no século XV, onde ocorreu uma fase de expansão ultramarina portuguesa. Mas para isso acontecer foi necessário os comerciantes portugueses retirarem grandes quantidades de cobre, ferro, bronze, prata e ouro, além de gênero alimentícios para serem comercializados com outros países europeus, para poder utilizarem no crescimento econômico e reestrutura as terras lusitanas.

Nesse contexto, Portugal ainda não produzia certos itens e dependência de outros países para poder crescer e melhorar, como exemplo, a própria frota portuguesa, dependência da importação de madeira e outros produtos florestais que vinham de países bálticos como Lituânia, Letônia e Estônia, esses países também vendiam aos portugueses, cereais, pois a produção portuguesa, não era suficiente para a demanda populacional da época.

A princípio, Portugal foi atraído às terras africanas, em busca do metal precioso o ouro, e por um tempo se satisfez, com o comércio de outros metais preciosos, como a prata e o cobre. Porém, os recursos foram insuficientes para a mesma manter esse tipo de comércio, nos XV e XVI, a mesma voltou seus olhos para outro tipo de mercadoria que poderia também ser explorada e retirada do continente africano.

Não demorou muito para que os portugueses percebessem que poderiam praticar a escravidão na África, assim como já havia ocorrido pelos países árabes, e também em outros continentes em sociedades antigas, como os romanos e gregos, que já tinham a tradição da escravização de seres humanos, que ocorriam de guerras e conquistas territoriais, cujos perdedores acabavam sendo escravizados pelos vencedores.

Na Europa Ocidental, a Idade Média ficou dividida em dois períodos, o primeiro período conhecido como Alta Idade Média tem como característica as invasões barbaras e a formação dos primeiros reinos germânicos. A desagregação da antiga ordem e a insegurança dos novos tempos fez com que a população fosse forçada a sair das cidades despovoando-as, em direção a área rural e isso se estendeu até por volta do século X. Na virada do ano mil teve início a conhecida Baixa Idade Média, caracterizada pelo renascimento das cidades com o retorno da população, renascimento do comercio, das artes, e também marcado pelas lutas sociais e religiosas, onde ocorreram várias rupturas e o surgimento de novas denominações religiosas.

Assim, na primeira fase, todos procuravam proteção ao lado dos castelos dos grandes senhores feudais, e a sociedade se tornou agrária, autossuficiente nas atividades agrícolas e no artesanato caseiro. Desapareceram as escolas, o Direito Romano entrou em desuso, o comercio local restringiu-se predominando os negócios a base de trocas, a ponto de quase desaparecer a circulação de moedas.

Além disso, o sistema escravista herança do período Romano foi desaparecendo aos poucos, durante a Idade Média, surgindo em seu lugar o trabalho dos servos, que embora fossem livres, dependia das terras de seus senhores para poderem cultivar e sustentar suas famílias.

Aos poucos foi surgindo e se configurando o Feudalismo, esse sistema foi se desenvolvendo aos poucos, mas não se desenvolveu de maneira uniforme e nem se desenvolveu ao mesmo tempo e do mesmo modo em todos os lugares. (ARANHA, 2006).

Essa tradição dos povos antigos de escravizar outros seres humanos deu abertura para que os portugueses utilizassem essa mesma prática a partir do século XV em diante, conforme menciona o autor:

Nos séculos XV e XVI, esta tradição pareceu ter ajudado, em certa medida, os portugueses a conseguir, regularmente, escravos em uma grande parte da África Ocidental, notadamente, na Senegâmbia, parceira econômica, de longa data, do Magreb. Os portugueses, que penetravam cada vez mais profundamente nas regiões do sudeste da África Ocidental, aplicaram, com sucesso, as práticas comerciais utilizadas na Senegâmbia. Compreendendo o caráter indispensável da cooperação dos chefes e dos mercadores locais, dedicaram-se a interessá-los ao trato de escravos. Os portugueses não ignoravam que isto pudesse resultar em uma intensificação dos conflitos entre os diversos povos e Estados africanos, os prisioneiros de guerra tornando-se o principal objeto deste comércio, mas eles deixaram muito cedo de se opor as objeções morais, pois, como muitos outros na Europa, eles acreditavam que o tráfico abria aos negros o caminho para a salvação:

não sendo cristãos, os negros haveriam de ser condenados por toda a eternidade se eles ficassem em seus países. (OGOT, 2010, p. 37).

Inicialmente esse comércio partiu na África Ocidental, na Senegâmbia, onde os portugueses iniciaram esse tipo de comércio com bastante sucesso, e logo a seguir, o intensificaram partindo para o interior do continente. Essa prática foi justificada por eles, alegando que estavam colocando esses povos nos caminhos da salvação cristã, ou seja, os estavam salvando da condenação eterna no final segundo os ritos católicos.

2.1.2 O tráfico negreiro

A escravidão e o tráfico humano podem ser considerados o aprisionamento e a privação da liberdade de outro ser humano, no qual o mesmo é forçado a sair de sua terra de origem, para outras partes do mundo. Conforme afirma MACEDO (2013):

O aprisionamento e a privação de liberdade de milhares de seres humanos, agravados pelo seu deslocamento forçado para outras partes do mundo, teriam provocado a maior emigração de toda a história da humanidade. (MACEDO, 2013, p. 98)

A escravidão e o tráfico internacional de escravos deixaram várias consequências, no campo econômico, social e estrutural naquele continente, alguns especialistas relacionam a pobreza atual do continente africano, com esta herança, por ter sido um continente de escravos, não puderam se desenvolver plenamente.

O tráfico de escravo ocorria de uma relação entre os comerciantes extra-africano e são no caso são mercadores de escravos provavelmente vindos de outros continentes, nesse caso pode-se confirmar com segurança do fenômeno que acontecia sobre a escravidão seria praticado em várias partes da África central, houve um grande impacto do tráfico de escravos para a África.

Por sua vez, o tráfico dos africanos para as Américas foi considerado na História da Humanidade uma das maiores emigrações já vista na América, também o tráfico de escravos variava de região para região.

Foi nesse tempo que África passou a fornecer escravos à América. O tráfico de escravo se deu no século XV e XVII terminando provavelmente no meado do

século XIX quando já se manifestava o fim da escravidão dos negros trazidos do continente africano.

Portanto, com base na fala da autora Glória Porto calcula-se que por volta do século XVI e XIX, mais de nove milhões de africanos tanto homens e mulheres e crianças, desembarcaram no continente americano, pois os mesmos vieram nas condições de escravos os quais foram obrigados a deixarem suas cidades sua cultura os seus costumes, para servir aos seus senhores.

Os principais responsáveis por este genocídio foram os portugueses, responsáveis de importar negreiro é que abasteciam as colônias como escravos gerando, ganhos lucrativos no comércio para os traficantes, principalmente para a coroa portuguesa. Não só os portugueses fizeram fortunas negociando gente na África. Navios ingleses, franceses, holandeses, e brasileiros atracavam nos portos africanos e esperava pele sua carga humana.

Uma vez capturados em suas aldeias os escravos eram negociados entre Portugueses e Africanos, esse comércio era feito através de escambo (troca). Os produtos oferecidos pelos portugueses interessavam aos africanos: tecidos, vinhos, cavalos, espadas, facas, arcos, flechas, ferro (que era derretido e transformado em armas na África). Com essas mercadorias em mãos, os aliados dos portugueses conseguiam status social e, também, tinham maiores condições de enfrentar povos inimigos e, assim, podiam obter mais escravos para serem negociados com os portugueses.

No início do XIX dos quatros milhões de habitantes que viviam na colônia aproximadamente a metade dessa população era escrava. Por sua vez a Inglaterra, que havia obtido um grande lucro com o tráfico negreiro mudava radicalmente o seu jogo buscando ampliar o comércio consumidor de seus produtos no Brasil e na África. (KOK, 1997, p.+ 21).

África foi vista apenas como uma grande reserva de mão-de-obra escrava, durante os séculos XV e XIX. Os escravos africanos eram transportados por navios negreiros superlotados sem nenhum tipo de higiene, pois os mesmos eram colocados nos porões dos navios como animais acorrentados, um ao outro, não havia comida suficiente nem água para eles, uma vez que o que era oferecido para os escravos uma alimentação com baixas proteínas, os mesmos se alimentavam de carne seca, feijão, arroz e farinha, uma vez por dia.

Dessa maneira, a maioria morreu de fome e sede devido à superlotação dos navios fora os maus-tratos há que eles eram submetidos. Alguns autores divergem na quantidade de negros escravizados que teriam sido trazidos para as colônias americanas, alguns dizem que foram mais de duzentas mil pessoas, outras chegam aos números impressionantes de mais de um milhão de indivíduos sendo escravizada retirada a força de suas terras, e enviados para serviços forçados nas colônias europeias.

Mudando assim a visão que o europeu tinha do continente, que a principio ali seria apenas um lugar para retirada de riquezas minerais, e passando a ser um grande e vasto deposito de reserva de mão de obra, para suprirem as necessidades das metrópoles europeias.

Estima-se em 274.000 o número de Negros transportados através do Atlântico entre 1541 e 1600. Em alguns anos, este número chegou a 1.341.000 pessoas, atingindo 6 milhões, no século XVIII. Segundo os cálculos de F. Mauro, baseados nestas estimativas e considerados válidos, o número de escravos enviados ao Brasil entre 1575 e 1675 foi da ordem de 400.000 a 450.000, e, no século XVIII, chegou próximo de 2 milhões. Ao longo do século XVIII, o fornecimento de mão de obra negra as Antilhas britânicas e francesas cresceu consideravelmente, assim como em Cuba. Estes números testemunham uma mudança radical de atitude, ainda que progressiva, dos Europeus para com a África. Aos olhos deles, este continente deixou de ser uma rica fonte de ouro para tornar se, antes de tudo, um reservatório de mão de obra, sem o qual seria pura e simplesmente impossível a criação e a exploração de numerosos e grandes domínios europeus na América. (OGOT, 2010, p. 46).

Calcula-se que mais de 30% dos escravos morriam nas travessias dos navios negreiros, é seus corpos eram atirados no mar, pois não aguentaram a viagem, eram longas de mais. Isso passou a ser uma preocupação para os traficantes com a morte de tanto escravos, ela viram seus lucros irem embora. Os escravos morreram também de várias doenças como: sarampo, varíola, sarna cometiam suicídio contra sua própria vida.



Figura 1: Navio negreiro.

Fonte: www.blogarchive.com.br

Chiavenato (2012) afirma que o transporte no navio negreiro ocorria de forma precária, os navios eram de tamanhos pequenos e mal construídos, os negros eram transportados da África para os demais países em péssimas condições, de higiene e alimentação, durante o período os africanos contraíam diversas doenças, que rapidamente se transformavam em epidemias nas longas viagens.

Além disso, o navio eles não tinham onde defecar e faziam onde eles estivessem, pois era quase impossível se mover, devido a grande quantidade de pessoas dentro do navio, algumas viagens chegavam a durar até cento e vinte dias, durante esse período viajavam amontoados, ou sentados, em cima das próprias fezes e urina, misturadas aos vômitos, devido ao enjoou de muitos pela balançar do navio.

O autor supracitado menciona que devido à falta de alimento fresco, era comum contraírem a doença de Luanda, assim conhecida pelos marinheiros, o escorbuto. Também contraíam tuberculose, especialmente entre os de idade mais jovens, era comum jogar os doentes no mar, ainda vivos, para não contaminar os demais tripulantes e negros do navio.

Diante disso, os capitães dos tumbeiros, assim ficaram conhecidos esses navios que transportavam os negros escravizados do continente africano, descobriam que se dessem água a cada três dias, o negro não morria, então assim o faziam, e durante cento e vinte e dias, os negros bebiam apenas quarenta copos de água como ração, para assim o navio ter mais espaço economizando com uma quantidade maior de barris com água, muitos não resistiam essas condições sub-humanas de tratamento e morriam sem chegar ao seu destino final.

No entanto, apesar disso, para os comerciantes ainda era favorável à quantidade que chegava ao destino rendiam dinheiro para cobrir as perdas de vidas dos negros ao longo desse trajeto. (CHIAVENATO, 2012).

Segundo o autor acima, a maioria dos escravos, eram capturados em guerras tribais, até por conflitos religiosos, os africanos que perdiam esses conflitos, eram então capturados e vendidos aos portugueses, holandeses, espanhóis, franceses e ingleses, que remetiam esses escravos para o continente americano, a países como o Brasil, que necessitavam muito dessa mão de obra.

Ao mesmo tempo, a África tornou-se um lugar de confronto para os europeus. Não se deve ver nisso um simples eco da rivalidade das grandes potências na Europa. Os negociantes e as companhias comerciais esforçavam-se para obter o controle das melhores feitorias situadas na costa africana. Para isto, eles aproveitavam os períodos de guerra. Assim, as possessões dos diferentes grupos rivais formados por europeus – sendo que cada grupo era apoiado por seu governo – frequentemente mudavam de mãos. Os governos em questão queriam, antes de tudo, desenvolver as plantações americanas, baseadas na exploração da mão de obra negra, e aumentar os benefícios que eles retiravam do comércio de escravos. Logo, é inconcebível que não apenas as grandes potências, mas também outros países de menor importância pudessem deixar a África entregue a si mesma. Mesmo a Suécia, a Dinamarca e a Prússia tentaram intervir nos assuntos africanos, ainda que sem grande sucesso e, finalmente, retiraram-se deles. (OGOT, 2010, p. 50).

Dessa forma, o tráfico das pessoas africanas, se tornou muito intenso, a ponto de gerar conflitos e guerras entre os próprios países europeus, no qual um país se aproveitava de conflitos entre outros países, com os nativos africanos para tomar posse de certos territórios e expandir seus comércios de escravos, que eram comercializados por toda a Europa e as colônias americanas.

2.2 CHEGADA DOS NEGROS NO BRASIL

2.2.1 A troca da Mão de obra escrava Indígena pela Africana

Para Priore (2016), a instalação das capitanias hereditárias, foi o fator que causou mais impacto nas relações que eram consideradas até então pacíficas entre os indígenas e os colonos europeus, que estavam se instalando no Brasil. Pois, as terras indígenas foram confiscadas pelos portugueses, e o trabalho agrícola, que antes era feito na forma de escambo, ou seja, de troca de produtos dos navegantes

com os produtos da terra recém-descoberta, agora seria um trabalho forçado, imposto ao morador nativo.

Lembra Jorge Caldeira que, ao ser entregue por camisa e ferramentas, o índio cruzou duas fronteiras importantes. Deixou de ser membro de uma sociedade o comunitarismo era regra e se tornou parte de uma sociedade dominada pela produção mercantil. Em segundo lugar deixou de ser livre para ser escravo. O padre jesuíta Jeronimo Rodrigues, em expedição a Santa Catarina, testemunhou: “ a um moço, vindo aonde estávamos, perguntamos-lhe quem dera a camisa que vestia e ele respondeu que dera por ela, e alguma ferramenta, um irmão seu”. (PRIORE, 2016, p. 30).

Nota-se acima, que para o índio a troca, ou a venda do próprio nativo, como escravo, tinha o mesmo valor que um objeto qualquer, que não era importante, esse tipo de comercio, a prática da troca e a venda do próprio indígena por eles mesmos.



Figura 2: Índio sendo escravizado

Fonte: www.sermoesdaveracidade.com.br

A autora menciona que foram os portugueses que iniciaram a pratica do resgate, que consistia em uma troca direta, sem o uso de moedas, que funcionava da seguinte forma, um índio que fosse condenado a morte, por exemplo, depois de ter sido capturado em conflitos tribais, em troca de sua vida, eles tinham que servir os vencedores, que poderiam inclusive troca-los por objetos. O mesmo ocorria com as mulheres, que eram “resgatadas”, era oferecida a família que detinha a posse da indígena, objetos, em troca de um casamento, com a mesma.

Freire (2003) cita que se formou na América do Sul, na colônia tropical, uma sociedade agraria, com estrutura escravocrata, como base da sua economia. Formou-se uma sociedade hibrida composta primeiramente pelos índios, moradores nativos, e depois pelos europeus, e finalmente a chegada do negro cativo da África.

O primeiro escravo no Brasil foi o índio, durante o período conhecido historicamente como Brasil colônia, com a chegada dos portugueses, os estrangeiros precisavam de mão de obra nativa, que conhecesse o território recém-descoberto, como também mão de obra para edificar fortes e casas para os mesmos morarem, além de precisarem de pessoas para trabalhar em diversas atividades, como agrícolas e entre outras. (NARLOCH, 2015).

Narloch (2015) mencionou que o extermínio e a escravização dos indígenas só foram possíveis pelo apoio de outras tribos indígenas. Pois, essas tribos inimigas forneceram suporte necessário para os bandeirantes que adentravam no interior das matas, para capturar e escravizar indígenas.

Por sua vez, Furtado (1997) relata que foram muitas as dificuldades encontradas pelos portugueses, na etapa inicial da implantação da produção açucareira no Brasil, primeiro a hostilidade dos silvícolas, dificultou a implantação de engenhos em determinadas regiões do país, e a escassez dessa mão de obra só contribuía para agravar a situação.

A escravidão demonstrou ser desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Sem os escravos, o colono não podia se sustentar na terra. Grupos devidos à escassez de capital, e uma base geográfica inadequada, tiveram de empenhar-se na captura dos homens da terra. (FURTADO, 1997, p. 42).

Portanto, menciona o autor que a captura e a escravização, para o comércio desses indígenas, foi à base para constituir a economia estável de alguns grupos de colonizadores que estavam voltados para a indústria açucareira no Brasil, essa mão de obra escrava indígena, foi que permitiu a subsistência desse colono nas terras recém-descobertas.

Assim, autor supracitado atribui ao sucesso dessa etapa da colonização, justamente ao processo de escravização do indígena, pois algumas comunidades se especializaram nesse tipo de atividade, que era a captura do silvícola brasileiro, sendo de suma importância essa mão de obra para a instalação da colônia brasileira.

Priore (2016) relata que Martim Afonso ao chegar ao Brasil em São Paulo em 1532, encontrou degradados morando com algumas tribos indígenas, e o resultado dessa intimidade geraria os mamelucos, e foram esses mamelucos que teriam reduzido a escravização sobre os indígenas naquele período, inclusive alguns que também eram escravos nas missões jesuíticas.

Para Chiavenato (2012), o indígena desde a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500 fascinou os europeus, tendo como fonte principal a descrição feita por seu escrivo Pero Vaz de Caminha ao mencionar detalhes sobre os corpos dos indígenas, fazendo com que os olhos de Portugal se voltassem para a recém-descoberta colônia brasileira.

O índio era o escravo à mão, economizando o transporte desde a África. Bastava capturá-lo. O problema do trabalho escravo foi fundamental: o regimento dado ao primeiro Governador Geral do Brasil obrigava-o a reduzir o gentio à fé católica. Na prática isso significava conquistar o índio – se necessário escravizando-o para explorar o país. Enquanto não se organizou a escravidão negra, o índio foi importante como aliado ou escravo. (CHIAVENATO, 2012, p. 86).

Dessa maneira ressalta-se a importância do trabalho do índio aliado ao colono, e muitas vezes, escravizado pelo mesmo, pois, sem esse trabalho, provavelmente o desenvolvimento da colônia, tal como conhecemos não teria ocorrido. Para ele o aprisionamento e fuga dos índios, enfim as escravizações provocaram o processo de destruição, levando as tribos indígenas a um processo degenerativo, até ao ponto de acabar com grande parte dessas comunidades no Brasil.

Segundo Chiavenato, os índios não praticavam a escravidão, eles teriam simplesmente assimilado as práticas que os portugueses introduziram nessas comunidades, que ao invés de executar seus prisioneiros, passaram a trocá-los com os portugueses. E essa prática acabou transformando tribos inteiras em bandos militares que viviam exclusivamente da captura de indígenas. (CHIAVENATO, 2012).

Com o passar do tempo a igreja Católica acabou se posicionando contra a escravidão indígena, pois recebia cinco por cento da comissão da venda de negros escravizados comercializados no Brasil. inclusive se posicionando a favor da prática do resgate no continente africano, justificando estavam trazendo esses negros para o cristianismo, encaminhando-os para a salvação de suas almas.

Dessa situação nasceram as falsas explicações sobre a índole do índio, usadas como argumentos contra a sua escravização. Os jesuítas diziam que eles eram indolentes, não resistiam às doenças e morriam de saudade da selva, quando na verdade os maus-tratos os matavam. (CHIAVENATO, 2012, p. 87).

Nota-se acima que até as mortes indígenas eram explicadas de formas simplórias, quando o autor menciona, que os jesuítas, justificam a substituição da

mão de obra escrava indígena, pela negra, pelo fato, do índio morrer literalmente de saudades da selva, ao invés de atribuir as mortes além de guerras, conflitos, a contaminação por várias doenças, trazidas pelos próprios europeus.



Figura 3: Índio sendo catequizado

Fonte: www.worpress.com.br

Esse tipo de argumento contribuiu para o aumento do preconceito contra a figura do índio, e serviu para justificar a entrada do negro escravizado no Brasil, onde o índio passou a ser visto como um ser inferior e que precisa de proteção, mas não menciona o processo da perda cultural que ocorreu através do encontro entre o colonizado europeu e o indígena brasileiro, onde a cultura do branco acabou se impondo sobre a cultura do indígena, que além de perder a vida, perdeu a língua, a cultura, e principalmente suas terras.

2.2.2 A Importância de ter um escravo

A partir da saída do negro escravizado na África, até o seu transporte pelos tumbeiros, famosos navios negreiros, e toda sorte de situações degradantes que era imposta a esses seres humanos, até a chegada ao seu destino final e sua venda, era um processo longo e humilhante, mais não acaba por aí. Outro tormento se iniciava, com a vida nas casas de seus donos, e de senhoras, dispostas a fazer tudo que quisessem com esses negros e negras escravizados.

Nesse contexto, muitos morriam no próprio traslado, de várias doenças, e epidemias, morriam de peste, morriam das surras que levavam de seus senhores, morriam de fome e sede, muitos tinham seus membros arrancados, como também suas próprias genitálias arrancadas, muitas negras, foram obrigadas a abortar seus

bebes, pois era mais barato comprar um negro escravizado adulto, do que criar uma criança, que geraria despesas para seu dono, ou muitas vezes essas mulheres eram forçadas a abortar para poder dar de mama para os filhos recém nascido das sinhás, e quando uma criança filha de um senhor nascia legitimamente, já ganhava seu primeiro escravo, logo ao nascer. (CHIAVENATO, 2012).

Muitos senhores compravam escravos doentes de hanseníase, cegos ou aleijados, e por um preço altíssimo, pagando inclusive até oitocentos mil reis. Porque esses escravos, posteriormente eram colocados como pedintes na rua, para ajudar a aumentar a renda de seus donos. Muitas senhoras enfeitavam suas negras jovens, e as obrigavam a exercerem a função de prostitutas nas ruas.

Outras senhoras vingativas, ao descobrirem a traição de seus maridos com alguma de suas escravas negras, mandavam quebrarem os dentes das moças, ou elas mesmas quebravam com o salto de suas botas francesas, ou faziam coisa pior, como mandar arrancar um dos lados dos seios dessas moças, e serviam em banquetes a seus maridos, que tinham que comer, com medo de denunciarem serem amantes dessas jovens vitima.

Essas crônicas são fértil descrição do ciúme das senhoras brancas extravasando-se em crueldade. Não é o caso isolado o daquele imprevidente senhor que elogiou os olhos da multinha que lhe servia o almoço e teve a supressa de recebê-lo boiando em calda de doce, ao jantar, num oferecimento gentil da sua esposa: “você os achou tão belos que eu mesma os preparei”. Conforme conta um cronista da época. (CHIAVENATO, 2012: 10).

Prática que também era comum entre os senhores donos desses escravos, era o abuso a meninas negras de dez a quinze anos, para gerarem filhos com a pele mais clara, para serem vendidos, destinados ao serviço domestico. Esses senhores contagiavam essas crianças com sífilis, pois tinham a ideia de que passando a doença para jovens virgens ficariam curados. (CHIAVENATO, 2012).

Narloch (2015) menciona que em 1830, um escravo chamado José Francisco dos Santos depois de dez anos de trabalhado forçado no estado da Bahia, conseguiu conquistar e comprar sua liberdade, ele provavelmente teria comprado sua própria carta de alforria. Um Zé do alfaiate como era conhecido na época, decidiu dar um novo destino a sua vida, entrou no comercio do qual ele mesmo havia sido uma vitima na juventude, se casou com a filha do maior vendedor de escravos da África, com o qual passou a comercializar diversos produtos, entre eles, azeite, e pessoas.

Segundo o autor é possível que o Zé do alfaiate tenha entrado para esse tipo de comercio como uma forma de se vingar do que ele mesmo passou na sua captura e juventude, quando foi submetido à escravidão em outro continente.

Outro personagem da História que inclusive tem uma data comemorativa em alusão a sua luta pela condição dos negros escravizados no Brasil foi o próprio Zumbi do Palmares, que Narloch, relata que o mesmo mandava capturar escravos em fazendas próximas a seu quilombo, para coloca-los no serviço braçal, em Palmares, ele também mandava executar quem fugisse do seu quilombo, como era comum mandar raptar mulheres de seu interesse em outros territórios brasileiros. (NARLOCH, 2015).

Essa informação parece ofender algumas pessoas hoje em dia, a ponto de preferirem omiti-la ou censura-la, mas na verdade trata-se de um dado obvio. É claro que Zumbi tinha escravos. Na sua época, não havia nada de errado nisso. Sabe-se muito pouco sobre ele – cogita-se até que o nome mais correto seja Zambi - , mas é certo que viveu no século XVII. E quem viveu próximo do poder no século XVII tinha escravos, sobretudo quem liderava algum povo de influência africana. (NARLOCH, 2015, p. 83).

A informação acima é de suma importância para se perceber como era tratada a questão de se tornar senhor de outro ser humano, pois ter escravo significava ter poder, quanto mais escravos você tinha, mais poderoso você era, e Zumbi, não fugia a essa regra, haja vista, ele ser um grande líder daquele período.

Outro fator que chama bastante atenção é a origem do tio de Zumbi, o primeiro grande líder de Palmares, o Ganga Zumba, que tinha sua origem em uma comunidade da África denominada Imbangalas, que era um povo de tradição guerreira, também conhecidos como senhores da guerra naquele continente, onde na África partiam para fazerem saques e tomar de assalto outras tribos africanas, do qual recrutavam jovens e crianças, para sua aldeia, como também sequestravam moças tornando-as suas esposas, essa pratica tinha como proposito aterrorizar as comunidades ao redor, quando essas crianças cresciam se tornavam guerreiros fortes, e bons combatentes, eles eram então trocados em alianças feitas com os portugueses, provavelmente foi assim que a família de Zumbi teria chegado ao território brasileiro. (NARLOCH, 2015).

Negros agiam assim por todo o país, e não só as mulheres. Em Campos de Goytacazes – Rio de Janeiro, no final do século XVIII, um terço da classe senhorial era 'de cor'. Isso acontecia na Bahia, em Pernambuco etc. Berth Barickan, analisando os registros de posses de escravos em vilas rurais ao redor de Salvador, descobriu que negros eram uma parcela considerável dos proprietários de escravos. No vilarejo de São Gonçalo dos Campos,

pardos e negros, que, diante dos brancos, eram minoria da população livre. Embora possuíssem geralmente apenas um número reduzido de cativos, esses não brancos eram, ainda assim, senhores de escravos. (NARLOCH, 2015: 93).

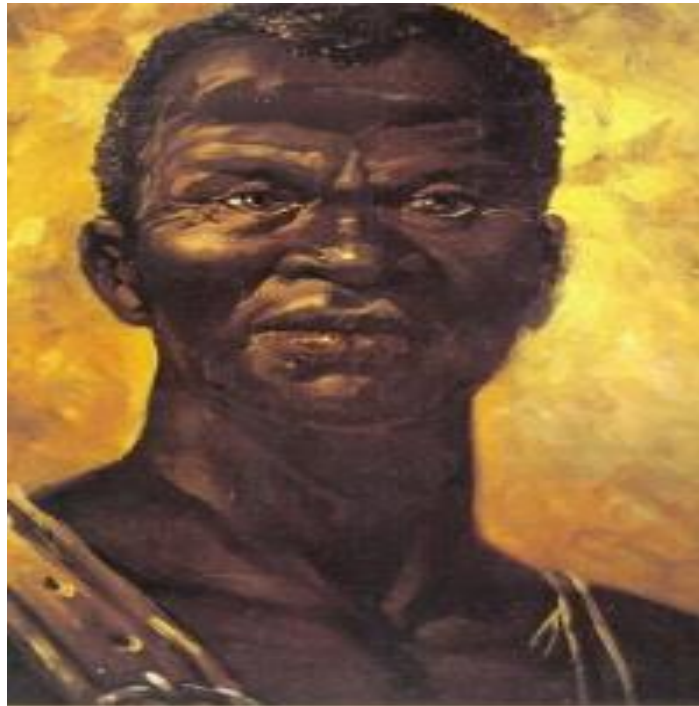


Figura 4: Zumbi dos Palmares
Fonte: www.uol.com.br

Os dados acima, apenas reafirmam o que já foi mencionado anteriormente, que negros, também detinham em suas mãos, outros negros na condição de seus escravos. E não era apenas em uma determinada região do Brasil, isso era comum em todo território brasileiro.

2.2.3 A resistência escrava

Com o fim do período colonial no Brasil, a população brasileira já se encontrava bastante miscigenada, com um grupo de população bastante diversificado. Tinha aproximadamente 38% de negros escravizados, 28% de negros e mulatos livres, 28% de pessoas consideradas brancas na época, e 6% apenas de indígenas. Na categoria dos escravos, estavam os africanos ou crioulos, assim denominados aqueles que não eram nascidos no Brasil, e também havia homens livres que estavam divididos entre homens brancos, pretos e pardos, além de indígenas. (ABREU, 2012).

A autora menciona que negros e mulatos eram uma parcela muito importante da população naquele período, e que cresceu bastante durante o século XVII, principalmente devido ao grande número de cartas de alforrias que foram compradas durante esse período, era mais fácil você conseguir alforria no Brasil, do que em outras regiões que também tinham a prática de comercializar negros escravizados, como na França, Estados Unidos ou Caribe.

Dessa maneira, era mais fácil receber a carta de alforria crioulos, mulheres e escravos pardos, e os que nasciam na África tinham menos chances de serem alforriados no Brasil, do que os nascidos aqui, os negros escravizados que recebiam esta carta, eram chamados então de pretos forros ou libertos.

O negro trazido na condição de escravo para o Brasil, nem sempre aceitou essa condição que lhe foi imposta, e alguns não se enquadravam na sociedade escravista brasileira, e não conseguiam se relacionar bem com seus senhores, surgindo assim uma forma de resistência essa escravidão forçada a que haviam sido impostos. Alguns desses escravos conseguiam melhorar suas condições de vida, negociando com seus próprios donos, e os que não conseguiam partiam para as fugas, formando assim os famosos quilombos no Brasil. (SOUZA, 2014).

Fugir era o recurso mais radical que os escravos tinham para escapar da servidão. E eram muitos os que fugiam para os sertões, se embrenhando nos matos, ou para os arredores das cidades, se escondendo em lugares de difícil acesso. Fugiam juntos ou sozinhos, seguindo um plano ou aproveitando uma oportunidade inesperada. Os agrupamentos de escravos fugidos eram chamados de quilombos e podiam ter algumas poucas pessoas, dezenas, centenas ou até milhares de moradores, como chegou a ter Palmares, o maior quilombo que existiu no Brasil e o que mais tempo durou. (SOUZA, 2014: 97).

Ribeiro (1995) menciona que a rotina dos castigos físicos era diário, por isso muitos negros apreendiam em fuga, castigos, como chicotadas soltas, mutilações nos dedos, seios furados das mulheres, podiam ter todos os dentes quebrados, ou açoitados no pelourinho com trezentas chicotadas, ou apenas cinquenta diária para o negro escravizado não morrer, se tentasse fugir, quando recapturado, tinha seu tendão cortado, colocavam uma bola de ferro em seus pés, podiam também ser queimados vivos, ficando dias presos em agonia na boca da fornalha as fazendas, ou para acabar seu sofrimento o jogavam logo na mesma, ainda vivos para arderem como menciona o autor como “um graveto oleoso”.

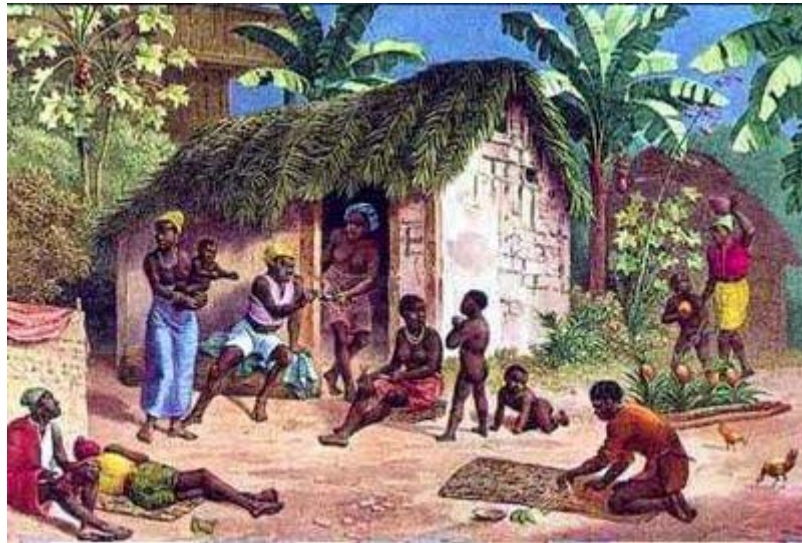


Figura 5: Quilombo dos Palmares
Fonte: www.Historiabrasileira.Com.Br

Souza (2014) frisa que no Brasil onde houvesse escravos, haviam também quilombos, os maiores estavam sempre ligados aos grande centros comerciais, Palmares e outros quilombos no Nordeste, se destacou o de Ambrósio, ligado a economia mineradora do estado de Goiás, onde vários escravos eram levados para trabalhares na mineração, também haviam quilombos no Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, em São Paulo, e Rio de Janeiro.

Alguns ficavam próximos às cidades, como o de Iguaçu, que era protegido pela vegetação dos mangues, mas que fornecia lenha para a cidade do Rio de Janeiro; existia também o do Buraco do Tatu em Itaporã em Salvador, o Maluguinho em Recife, que também foi um que resistiu por mais de quinze anos os duros ataques sofridos, alguns quilombos mantinham comércios de produtos com moradores das cidades, inclusive chegaram abrigar indígenas.

No final do século XIX apareceu um outro tipo de quilombo localizado na cercanias das cidades, onde escravos fugidos eram favorecidos por abolicionistas, que protegiam os quilombos, davam trabalho a seus moradores e ajudavam mais escravos fugidos a se instalar neles. O maior de todos esses quilombos foi o do Jabaquara, na serra de Cubatão, perto de Santos, fundado por abolicionistas e que recebia grande parte dos escravos que fugiam em massa das fazendas de café do oeste paulista. A ele se uniu um quilombo mais antigo, conhecido como Vila Matias, que apesar de não estar ligado ao abolicionismo em sua origem a ele somou suas forças. (SOUZA, 2014, p. 97).

Nota-se acima, que havia duas formas que ocorriam a formação de um quilombo, que a primeira no caso de Palmares e outros, era através de escravos que

empreendiam fugas, pelas matas e ao longo do percurso, escolhiam um lugar que fosse seguro, que fornecesse alimentos suficientes para se manter naquele lugar por muito tempo, e assim fundavam uma comunidade quilombola, que aos poucos ia aumentando conforme novos negros fugidos chegavam a essa comunidade.

A segunda forma conforme menciona a autora eram através dos próprios defensores dos direitos dos negros escravizados e trazidos para o Brasil os abolicionistas, que tiveram um papel muito importante na luta e resistência contra a escravidão do negro no território brasileiro.

Esse segundo modelo de quilombo, do qual era fundada e mantida pelos abolicionistas, além de receber os escravos foragidos das fazendas, dos engenhos e outros lugares que ocupavam essa mão de obra negra escravizada, também ajudavam os mesmos a escaparem de seus donos, e a se instalar nesses quilombos.

Souza (2014) menciona que na cidade do Rio de Janeiro, o mais importante quilombo ali instalado, foi o de Leblon, por um comerciante que era abolicionista, e que em suas terras cultivava uma plantação de Camélias, onde empregava uma grande quantidade de trabalhos ex- escravos, fugidos, que ele dava abrigo em suas terras.

Por isso, a Camélia acabou se tornando um símbolo da luta pela liberdade dos negros no Brasil, representando toda a luta abolicionista que estava sendo travada naquele período, inclusive após a assinatura da Lei Aurea pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, foi dado a ela um buque de flores de Camélia, era também nesse quilombo do Leblon, que grupos de intelectuais, como jornalistas, musicais, e entre outros, que se reuniam para discutir as campanhas abolicionistas, ouvindo as músicas e as danças nas companhias dos negros, que mais tarde seriam introduzidas no meio dos intelectuais, sendo aceita pela classe media urbana e posteriormente ritmos como o Samba, se tornaram gênero de maior expressão musical cultural brasileira.

Além da prática da fuga, os negros escravizados, alguns aprenderam formas de negociação, para suavizar seus dias no cativeiro, e minimizar as cargas da labuta diária, alguns fingiam doenças, demoravam em realizar determinadas tarefas, ou quebravam seus instrumentos de trabalho, outros se faziam de dóceis e obedientes para assim ganharem um tratamento diferenciado de seus donos. Comportamentos

como esses era algumas das formas do negro ir sobrevivendo na sociedade escravista do Brasil. (SOUZA, 2014).

Fugir poderia ter diferentes significados de acordo com o objetivo do fugitivo, sobretudo na sociedade escravista brasileira, na qual a identificação do status do indivíduo era pautada pelas relações que ele criava ou em que estava inserido. Assim, alguns escravos fugiam e procuravam afastar-se ao máximo do local onde antes residiam ou trabalhavam, proclamando-se livres ou libertos, e oferecendo seus serviços em troca de pagamentos. Existiam também as chamadas fugas-reivindicatórias, que correspondem, em termos atuais, a uma espécie de greve. Com ela, o escravo tentava pressionar seu senhor a ouvir suas queixas e considerar suas reivindicações. Junto com essas escapadas, existiam empreendimentos mais desafiantes e radicais, chamados de fugas-rompimento e que, muitas vezes, resultavam em verdadeiras insurreições e revolta. (ABREU, 2012, p. 35).

A autora frisa que não era simplesmente o caso do negro fugir, sair das porteiros da fazenda de seu senhor, de seu dono, passa pelas cercas que o colocavam na condição de escravo, em alguns casos até era fácil, o difícil mesmo, para esses negros, era transpor o grande obstáculo que foi criado durante a formação e consolidação dessa sociedade escravocrata brasileira, no qual o homem passou a ser medido e julgado pela cor da sua pele.

Além disso, a participação da Inglaterra no processo do final do tráfico negreiro e a libertação dos escravos, foi essencial, conforme menciona Chiavenato (2012), no qual, o Brasil, mantinha com este país relações econômicas de suma importância, pois, era de onde eles exportavam diversos produtos, como agulhas, calçados, penicos, e diversos alimentos. O interesse inglês para o fim da escravidão dava-se da seguinte maneira, pois eles precisavam de novos mercados consumidores, para seus produtos, e o escravo não tinha salário, e consequentemente não poderiam consumir os produtos enviados até ao Brasil. também eles precisavam para anular a concorrência entre o açúcar inglês e o açúcar brasileiro, consequentemente começaram a pressionar a e perseguir os navios negreiros.

Os ingleses invadiram portos, afundaram navios, incendiaram tumbeiros, em alto-mar, mataram marinheiros, jogaram as águas os negros escravos. A repressão ao tráfico foi violenta e os ingleses não procuravam esconder sua autoria. Às vezes alardeavam suas ações. Ao condena-los pela violência e o desrespeito à soberania brasileira, não se lembra de que eles estavam amparados em um relativo direito legal, que obtiveram a partir de 1810, quando Portugal e Inglaterra assinaram um documento em que o rei português refugiado de Napoleão no Brasil, sob proteção inglesa, admitiu que o tráfico era uma má política e se comprometia a exterminá-lo,

proibindo seus súditos de trazer escravos para os domínios reais. (CHIAVENATO, 2012, p. 182).

Para o autor a partir de 1822, com a proclamação da Independência do Brasil, a repressão ao tráfico por parte dos ingleses continuava, porém, as oligarquias brasileiras, que comandavam o país, não aceitavam que houvesse mudanças nas estruturas econômicas nacionais, que eram baseadas na economia escravista, que gerava a força motriz de toda a economia nacional. (CHIAVENATO, 2012).

A Inglaterra se comprometeu em reconhecer a independência do Brasil, desde que o mesmo proibisse o tráfico de africanos, a princípio o Imperador aceitou o acordo, mas após o ato de fato ter acontecido, devido a pressão das oligarquias, acabou voltando atrás nessa decisão.

Em 1823 e 1825, novamente os ingleses reiteraram a proposta, entre os dois países, porém, não se consolidava esse acordo, daí surgiu a expressão, “para inglês ver”, pois firmavam os acordos nas leis e elas não saíam do papel, ou seja, não eram postas em prática efetivamente. (CHIAVENATO, 2012).

Dessa maneira, as lutas sociais continuavam os grupos abolicionistas cada vez mais efervescentes, a participação dos negros ficou cada vez mais em atividades oficiais, como em lutas e confrontos pelo exército brasileiro. Algumas leis foram gradativamente sendo criadas, até a última que oficialmente pôs fim a escravidão no Brasil.

A primeira delas foi a Lei do Ventre Livre em 1871, por iniciativa do Imperador, e através da intermediação do visconde do Rio Branco, no qual dizia que todos os escravos nascidos a partir daquela data, nasceriam livres, porém, como toda lei, ela tinha suas falhas, a primeira delas, é que a cada dez crianças, negras nascidas apenas uma conseguia sobreviver até a idade adulta,

Por outro lado, a outra lei sancionada é que as crianças podiam ficar com suas mães e seus donos até os oito anos de idade, e depois seriam entregues ao governo, que passaria a cuidar dessa criança até a idade adulta, ou elas podiam continuar com suas mães, até os vinte e dois anos, pagando os gastos de sua criação para os donos de sua mãe, com trabalhos prestados até essa idade. Ou seja, de uma forma ou de outra, essa lei, beneficiava os donos dos negros escravizados. (CHIAVENATO, 2012).

Além disso, a próxima lei assinada foi a lei do Sexagenário em 1885, na qual a partir daquela data, todo escravo, que completasse sessenta anos, seria liberto. Essa lei assim como a relatada acima, não tinha sentido em ser assinada, porque quando o escravo chegava aos sessenta anos, ele já estava praticamente imprestável para qualquer tipo de serviço, devido ter passado uma vida inteira de maus-tratos nas mãos de seu senhor.

No entanto, poucos chegavam a essa idade, pois a grande maioria morria antes dessa idade, além disso, eles teriam que trabalhar ainda mais cinco anos, para pagar aos seus donos, a sua alforria definitiva, a lei apenas livrava os senhores de terem que cuidar de seus escravos velhos, que já não lhe serviam para mais nada. (CHIAVENATO, 2012).

O escravismo se decompunha e os escravos não tinham consciência de classe. Sofriam e reagiam à sua miséria, mas não tinham consciência de classe porque não estavam integrados à produção – eram uma propriedade do seu senhor. A escravidão deturpou e inibiu a consciência crítica dos escravos, que passou a agir a ser como era: escravo, massacrado, física e psicologicamente pelos padrões das classes dominantes. (CHIAVENATO, 2012: 221).

O negro demorou um tempo para entender a importância da participação do mesmo nas lutas abolicionistas, devido à forma como vinha sendo tratado no Brasil, porém, no dia 13 de maio de 1888, enfim essa luta chegou ao fim. No dia 07 de maio de 1888, a referida lei foi apresentada ao parlamento brasileiro, que foi aprovada quase por unanimidade, sendo oitenta e nove votos a favor, e apenas nove contra. E remetido ao palácio, que então no dia 13 de maio de 1888, foi assinada pela princesa Isabel, como o nome de Lei Áurea, com apenas dois artigos: “Artigo 1 – é declarada extinta a escravidão no Brasil; artigo 2 – revogam-se as disposições em contrário”. (CHIAVENATO, 2012).

Após a abolição da escravidão no Brasil, foram libertos cerca de setecentos e trinta e seis mil escravos, cerca de um quinto da população brasileira, esses negros deixaram de ser a força motriz da economia nacional, as campanhas abolicionistas foram essenciais nesse processo, na luta pela liberdade dos negros, e restaram vários negros pelo Brasil, sem trabalho, sem terras, e com a difícil tarefa de se adaptarem a essa nova realidade, e conquistarem seus espaços no meio da sociedade brasileira.

Muitos se aproveitaram dessa nova situação a que o negro ficou exposto, passando a explora-los mais ainda, pois agora para sobreviver, faziam trabalhos pesados, nas fazendas em trocas de verduras, e alguns pedaços de carne para se manter e manter suas famílias, e outros continuaram trabalho para seus antigos donos, pois não tinham para onde ir, e nem como sobreviver.

Foi um longo processo, até que esses negros pudessem conquistar seu espaço no mercado de trabalho brasileiro, que foi se integrando e sendo absolvido nesse mercado aos poucos, além da grande luta travada em relação a igualdade social, devido a política do embranquecimento da sociedade brasileira.

Muitos desses negros foram sendo expulsos para áreas consideradas para a população pobre brasileira, e dali em diante começou a formarem um quadro que permanece até os dias atuais, a formação das grandes favelas, em algumas cidades, como Rio de Janeiro e entre outras capitais brasileiras, pois os mesmos não tinham onde morar.

2.3 A TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PARÁ: A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA AFRICANA NO PARÁ

2.3.1 A Presença da Cultura Africana no Pará

O negro foi trazido para o Pará, pelos ingleses, para trabalhar em suas feitorias, que foi montada entre os rios Paru e Xingu. Quando foram trazidos para o Pará, na condição de escravos, foram levados para trabalhar nas lavouras da cana de açúcar e outras espécies. A mão de obra do negro veio para substituir a mão de obra do índio escravizado, pois havia sido proibido pelo rei, com aval da igreja católica. (MONTEIRO, 2013).

Segundo Monteiro (2013), os comerciantes de escravos, preferiam vende-los ao Maranhão, invés do Pará, pela simples logica de que as condições de importação desses escravos da África até o Pará eram bastante difíceis, devido a questão da própria navegação dos rios da Amazônia, e a distancia desse deslocamento, e isso acabava tornando o preço de um escravo na Província do Grão Pará e Maranhão, bem mais alto do que em outras partes do Brasil.

No século XVII, foi a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, organizado no consulado pombalino, que trouxe a maior quantidade de negros para o Pará. Eram adquiridos para trabalhar na lavoura de cana,

café e outros gêneros que começavam a ser cultivados na região. Nos seus vinte dois anos de existência, a companhia chegou a introduzir cerca de 12.787 escravos negros. (MONTEIRO, 2013, p. 83).

Os dados referentes à quantidade dos negros trazidos oficialmente para o Pará se divergem entre si, pois, para Monteiro, foram cerca de doze mil escravos, porém há outros que não concordam com esse quantitativo. Para Neto (2012), a companhia teria trazido um pouco mais de escravos, o mesmo cita que foram cerca de vinte e oitos mil africanos, sendo que cerca de dezesseis mil foram enviados para o Pará, e os demais para outros lugares, como Maranhão, Mato Grosso, Goiás, e outras capitanias da região Amazônica.

Salles (2015) relata que a introdução dos escravos negros na Amazônia teve seu maior quantitativo durante o consulado pombalino na região. Com o trabalho do negro escravizado, pretendia-se estimular a produção da agricultura no Pará, voltado especialmente para o açúcar, algodão, ouro, e outros gêneros de exportação.

No Pará, o negro participou de diversas lutas, entre elas pela própria liberdade, muitos fugiram e começaram a se organizar em comunidades, que no Brasil eram chamadas de quilombos, porém no Pará, ficaram conhecidas como mocambos, entre os principais mocambos da região amazônica, estão os de Oiapoque, Calçoene, Mazagão no estado do Amapá, e Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Alcoçaba, Tucuruí, Cametá Mocajuba e Gurupá no Estado do Pará. (MONTEIRO, 2012).

Para Monteiro (2012), na região paraense, a questão da escravização do indígena, não foi diferente, os jesuítas, lutaram contra o fim da escravidão do índio, procurando integra-los a sociedade paraense, porém aceitavam tranquilamente a escravidão do negro trazido compulsoriamente da África. Os mesmos nada fizeram contra a escravatura praticada contra os negros na Amazônia de forma cruel e perversa em toda a província paraense.

A questão da abolição da escravatura no Pará se deu através das campanhas abolicionistas que algumas sociedades filantrópicas praticavam entre elas estavam o Clube de Batista Campos, a Sociedade Redentora, Sociedade Abolicionista, e entre outras, que lutaram para que houvesse o fim da escravidão do negro no Pará. (MONTEIRO, 2012).

No Pará, propriamente em Belém, a campanha pela liberdade dos cativos foi iniciada com os discursos calorosos e apaixonados do jovem militar Lauro Sodré, Membro do Clube Republicano do Pará. Esse clima motivou a Sociedade Redentora a promover passeatas pelo interior da província, chegando a alforriar escravos em Icoaraci e arredores da capital do estado Belém. Mas, por questões de governo, foi a princesa Isabel no exercício do trono, que acabou assinando a Lei Aurea, no dia 13 de Maio de 1888. (MONTEIRO, 2012, p. 90).

Para Ricci (2013) era quase uma regra, ser abolicionista quem fazia parte do partido republicano, pois eles consideravam o escravismo uma grande mancha na História do país, e consideravam a escravidão um dos fatores que impediam o país a fazer parte do mundo moderna que se iniciara.

Eles afirmavam que o regime escravocrata não condizia com novo discurso de um país, que procurava se afirmar com novos ares políticos, pois a escravidão era incoerente, com esse novo tempo, que não era compatível com a época das luzes que já tinham sido iniciadas por toda a Europa.

Essas ideias abolicionistas cada vez mais eram difundidas na província a grande maioria ocorria em grandes festas, promovidas com amplos debates. Além de que os republicanos procuravam publicar constantemente artigos em revistas e periódicos na luta contra os negros cativos no Pará.

O Clube Republicano juntamente a loja Maçônica Harmonia e Fraternidade, organizaram uma grande festa que estiveram presentes cerca de quatro mil pessoas, que durou cerca de quatro horas seguidas, onde nessas horas, foram entregues diversas cartas de alforrias, diante de grandes discursos inflamáveis, na luta contra a escravidão na província do Pará. (RICCI, 2013).

No entendimento de Lauro Sodré, tanto a Abolição quanto a Republica foram resultado da “opinião popular” que, sendo forte, acabou obrigando o imperador a optar pela Lei Aurea, pois temia por em risco os interesses da Monarquia. A tarefa de assinar a referida lei coube à princesa Isabel, para assegurarem-se as simpáticas populares e iniciar-se em paz o Terceiro Reinado já malvisto pelos brasileiros, que desconfiavam e temiam a influencia do conde D’eu. O Tenente Lauro Sodré defendia que, tanto na Abolição, como na Republica, os militares foram forças decisivas por tomar a frente dos acontecimentos e garantir o regime das liberdades que aparecem como caminho da regeneração moral, social e espiritual. (RICCI, 2013, p. 190).

Ficou evidente que foi de fundamental importância à participação dessas associações e grupos de jovens políticos paraenses, na luta pela libertação dos negros escravizados no território paraense, pois foi a partir dessa luta que a

trajetória do negro no Pará, começou a tomar novos rumos, entre elas uma forte contribuição desses negros no movimento denominado a cabanagem, que até hoje é considerado por muitos historiadores o único movimento ocorrido no período das Regências no Brasil, tido como legitimamente feito pelo povo paraense, que lutaram em prol das melhorias na província, e contra os governadores portugueses.

2.3.2 A participação dos negros no movimento cabano

A participação dos negros no movimento da Cabanagem (1835-1840) foi de suma importância, o referido movimento, tem esse nome nas origens dos moradores que fizeram parte do mesmo, pois eram moradores de cabanas na sua grande maioria, as margens dos rios amazônicos.

Os negros que fizeram parte do movimento incorporaram suas ideias de liberdade às ideias dos cabanos, quando não veio a esperada libertação por conta da Intendência do Brasil, os negros se aliaram a esse movimento, lutando em prol de sua liberdade. (MONTEIRO, 2012).

A Cabanagem, revolução popular que abalou, durante alguns anos, a vida social e econômica da Amazônia, foi um dos movimentos mais profundos, mais sérios e mais característicos da fase da Regência. Um de seus aspectos mais importantes é precisamente a análise da intervenção das classes populares dos campos e das cidades os destinos políticos da província do Grão-Pará com o fim especial de modificar o status quo. A cabanagem se forjou na cidade, explodiu nos campos, com reflexos inevitáveis no meio rural. Como forma de luta armada, a liderança absoluta esteve sempre com os sertanejos. O principal agente revolucionário foi, o líder Batista Campos, que gozava de um imenso prestígio político no interior. (SALLES, 2015, p. 41)

O autor supracitado relatou que desde o início do movimento, houve uma grande participação dos negros, na Cabanagem, tanto negros libertos, como escravos. Incorporaram-se nesse movimento reivindicando a libertação dos negros escravizados na província, buscavam a abolição definitiva do regime servil na província.

Monteiro (2012) ressalta que esses negros africanos influenciam bastante na composição étnica do povo paraense, contribuíram na cultura e no folclore do povo paraense. No entanto, foi no processo revolucionário da Cabanagem que o escravo negro ou na condição de homem livre pode dar sua melhor colaboração, pois esse movimento se formou sob a inspiração de alguns ideais, entre eles estava o da

liberdade, tanto indígena quanto do negro e a luta contra a discriminação racial que os mesmos vivenciam constantemente na província.

Esse movimento era considerado um movimento mestiço, pois os afro-brasileiros também estavam incluídos nessas lutas, que reivindicavam melhores condições sociais para essa população.

O mesmo menciona a importância das ideias trazidas da Revolução do Porto, por Felipe Patroni, que ajudaram a implantar as primeiras manifestações contra o sistema de escravidão do negro no Pará, negros esses que geralmente vinham da Angola, Moçambique, Mali, Costa da Guiné, Bijogó, e outros países africanos.

Salles (2015) relata que oficialmente foram cerca de noventa e três escravos que participaram do movimento, mas admite que isso seja a apenas uma décima parte do número real de negros escravizados, que teriam feito parte do movimento cabano. O mesmo menciona que não foram incluídos os mocambos comandados por Antônio Felix, que eram cerca de quatrocentos escravos, que estavam refugiados em Caxiú no Acará.

Também não foram contabilizados os negros do bando de Cristóvão que eram cerca de cento e cinquenta do engenho de Carapuru, esses negros que fugiram desse engenho se refugiaram em lugar chamado Pitimandeuá, no atual município de Castanhal, onde até hoje negros que ali habitam se mantêm um pouco isolados das demais pessoas do município. Além disso, muitos negros ansiosos por sua liberdade, participavam desses movimentos, porém, não podiam aparecer ou se exibir abertamente, por isso o número reduzido de negros aparecerem na lista oficial do movimento.

Empolgados pelas pregações liberais, os negros e mulatos tiveram, não há dúvida, uma atuação de relevo na Cabanagem. Foi mais uma frustração. A Cabanagem teve, porém, como principal consequência a desorganização do regime escravista. Cessado o movimento, este se refez lentamente. Os negros que escaparam foram engrossar os quilombos. Os aís famosos se localizaram no Tapajós e no Trombetas e delas ainda há remanescentes. (SALLES, 2012, p. 46).

Após o término da Cabanagem o antigo regime ainda tentou se reconstruir, porém, não teve muito sucesso nessa tarefa. Os antigos engenhos perderam sua grande produtividade, desorganizando a base dos latifúndios e do regime escravagista na região paraense. Das famosas casas grandes restaram apenas algumas ruínas desse período, o autor menciona que muitas dessas casas foram

construídas no auge das grandes lavouras, mas que após o movimento entraram em decadência, onde havia onze engenhos agora existem pouco menos que três. (SALLES, 2012).

Além do declínio dos grandes engenhos no Pará, devido o movimento da Cabanagem, houve fatores externos que contribuíram para essa rápida decadência. Como a crise do século XIX, dos produtores de cana-de açúcar, que foram atingidos pela crise no mercado internacional.

Devido essa crise, a região Norte, teria sido a que mais sofreu com essa crise econômica, pois além da concorrência externa, com outras partes do próprio Brasil e outros países, ainda tinha a questão de outros produtos que estavam começando a despontar no mercado comercial amazônico, como a borracha. (SALLES, 2012).

2.3.3 A preservação do patrimônio cultural imaterial

Ao longo de toda essa trajetória que foi narrada acima, e a integração dos negros na sociedade brasileira, também deixou um legado histórico e cultural muito importante, pois, muito do que tem na cultura brasileira, foi trazido pelo negro e incorporado no Brasil. Essas heranças culturais com o passar do tempo acabaram sendo assimiladas pela grande maioria do povo brasileiro, e ao longo do tempo, ganharam os títulos de patrimônios culturais imateriais. Segundo Brayner (2007), patrimônio é:

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (BRAYNER, 2007, p.15)

Para a autora, patrimônio é tudo aquilo que o homem produz, constrói com suas próprias mãos, e que deixará um legado de sua passagem sobre a terra, podendo ser da cultura material e imaterial, como obras de arte, monumentos, festas, música, saberes, comidas e entre outros.

Assim sendo, o legado deixado pelos negros no Brasil, e de tamanha valia, pois de cada um dos itens citados e outros tantos, eles tem deixado suas contribuições na sociedade brasileira. Independente da classe social do brasileiro, quase todos já se deliciaram com uma maravilhosa feijoada, ou simplesmente nos

fins de semana se reúnem para uma famosa roda de capoeira, ou grupos de sambas, como também a herança cultural religiosa dos negros é muito forte e marca várias regiões do Brasil. BRAYNER (2007, p. 23) menciona que: “Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, aos modos de ser das pessoas”.

A autora supracitada conceitua cultural como sendo todas as ações das quais um povo, uma comunidade procuram se expressar, seu modos de vida, suas formas de criar, viver e fazer naquela comunidade. Incluindo as formas como a pessoa se comunica, narram suas histórias, seus poemas, inclusive a forma como se alimentam como constroem suas casas, ou seja, seus saberes e fazeres, e que são repassados de geração para geração, incluindo suas crenças, valores e sentidos éticos e morais. (BRAYNER, 2007).

O Brasil é um país de grande diversidade cultural. Isso porque, na nossa história, vários grupos étnicos e sociais participaram da formação do país e ofereceram diferentes contribuições culturais: povos indígenas, portugueses, holandeses, italianos, africanos, árabes, japoneses, judeus, ciganos, entre outros. As culturas que essas pessoas trouxeram nos seus modos de ser, nas suas visões de mundo, nas suas memórias, foram transformadas no contato com outras culturas já aqui presentes e também causaram transformações nessas culturas. Dessa forma, participaram da formação da cultura brasileira, tão plural e ricamente diversa. (BRAYNER, 2007, p. 9).

Abadia (2010) menciona que o pan-africanismo foi um movimento, uma manifestação que ocorreu fora da África, no qual os descendentes de africanos se uniram até mesmo de forma sindical, para manter viva, sua cultura e seus traços originais. A mesma frisa que o pan-africanismo tinha o intuito de protestar contra a dominação racial do colonizador sobre os africanos, e unificar esses povos fora da África, para manter vivas suas raízes originais.

Entre esses traços alguns são muitos significativos, pois contribuíram fortemente para a formação da cultura atual do povo brasileiro. Darcy Ribeiro em seu livro a formação do povo brasileiro, ressalta claramente a importância e a contribuição que os negros tiveram para a formação da sociedade nacional, onde o mesmo menciona que, a princípio essa contribuição teria sido apenas na força motriz, em substituição a mão de obra escrava.

Dessa maneira, com a chegada dos negros no país, e o processo de miscigenação que passou a ocorrer logo após isso, estes deixaram um grande

legado cultural no Brasil, e que até hoje é de suma importância, em vários campos, na religião, nas artes, na música e entre outros.

A contribuição cultural do negro foi pouco relevante na formação daquela protocélula original da cultura brasileira. Aliciado para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente - fundamental da mão-de-obra. Apesar do seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui. (RIBEIRO, 1995, p. 114)

Entre as diversas contribuições culturais, esta uma que é difundida pelo Brasil inteiro, que é a prática da capoeira, que ao lado do processo histórico ganhou o título de patrimônio cultural brasileiro em 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Esta só foi declarada como um esporte nacional em 1937, quando o então conhecido Mestre Bimba, realizou uma apresentação da capoeira para o então presidente do Brasil na época Getúlio Vargas, que a instituiu como um esporte genuinamente nacional.

Silva (2014) relata que o esporte até se tornar um patrimônio trilhou um longo caminho histórico, pois a mesma é considerada uma manifestação cultural espontânea genuinamente brasileira, além de ser uma prática dinâmica e traz consigo uma grande teia de significados dos traços culturais dos afrodescendentes.

Dessa forma, a Capoeira enquanto patrimônio trilhou os caminhos mais árduos e difíceis da cultura brasileira, pois como prática cultural dos afrodescendentes – num primeiro momento – foi marginalizada, excluída e criminalizada pelas elites escravistas e setores envolvidos ao longo dos séculos XVI-XIX e mesmo depois da emancipação escrava o preconceito continuou, principalmente no início do século XX. Somente em meados do século XX que essa manifestação cultural foi adquirindo status e relevância na cultura brasileira. No entanto, desde o momento que as primeiras práticas capoeiristas foram inseridas no Brasil ela foi permanente na construção da nação e da cultura brasileira, o que favoreceu ao reconhecimento, a preservação e a valorização – princípios fundamentais do Patrimônio Cultural – e um lugar de destaque da Capoeira como expressiva e representativa das manifestações culturais do Brasil, abrangendo todo o território nacional e em países do exterior. (SILVA, 2014, p. 19).

Conforme o autor supracitado o que marca esse esporte é ele poder ser praticado em qualquer espaço público, sendo a mesma “jogada ou dançada”, em praças, ruas, terreiros, praias, escolas, ou seja, em qualquer lugar, pode ser formada uma roda de capoeira. Isso possibilitou que a mesma se difundiu mais rapidamente por todo o Brasil.

Dessa maneira, ao longo do tempo, ela foi sendo incorporada como uma manifestação cultural dos afrodescentes no país, adquirindo contribuições dos indígenas e até mesmo dos portugueses, transformando em algo que representa a multiculturalidade brasileira.



Figura 6: Capoeira no Brasil no século XVI
Fonte: www.educandocomginga.com.br

Souza (2014) registra que a capoeira é uma luta dançada que exige pelo menos dois participantes na roda, no qual os dois desferem golpes entre si, como chutes nas pernas ou cabeça, onde o apoio de ambos é com as mãos no chão em alguns golpes, e os participantes tem que ter grande habilidade e força física para desempenha essa atividade.

A capoeira acabou se tornando conhecida nacional e mundialmente assim como o samba e o carnaval brasileiro, sendo que a mesma ultrapassa as barreiras das classes sociais, pois esta pode ser jogada por qualquer pessoa, e independente do sexo ou idade. A autora relata que a capoeira se tornou um instrumento de inclusão social, diferente de quando foi iniciada no Brasil, deixou de ser mal vista, e hoje cerca de dez milhões de pessoas em cento e cinquenta países praticam a capoeira, e no Brasil se tornou o “ganha pão” de vários brasileiros, sendo inclusive praticada em muitas escolas, através de projetos escolares.

Assim, ainda é desconhecido o local de origem da capoeira, mas que os responsáveis pela sua transmissão e manifestação foram os negros africanos no

Brasil. O mesmo relembra que o governo brasileiro por ordem de Ruy Barbosa, na época então, ministro da fazenda, mandou queimar todos os documentos que tinham alguma referência sobre a escravidão no Brasil, impedindo assim que ficasse qualquer prova contra o governo, caso houvesse alguma investigação sobre esse período, e com esse ato, apagou parte dessas informações fundamentais da origem histórica da capoeira.

Ele relata que nos documentos que sobraram desse período há algumas menções sobre essa manifestação cultural, onde esse jogo era chamado de “jogo da zebra”, em que os africanos lutavam desferindo golpes, pontapés, cabeçadas, com o objetivo de derrotar seu oponente, e tinham como prêmio principais as moças jovens da tribo, que haviam se tornado mulher, prontas para serem esposas desses jovens, esse jogo aconteciam na Angola no continente Africano.

Souza (2014) relata que por volta de 1814, ocorreu no Brasil, várias perseguições aos capoeiristas, ou a qualquer pessoas que ousasse demonstrar as expressões culturais dos negros escravizados. Antes dessa data, algumas manifestações ainda eram permitidas, e até mesmo encorajadas, pois serviam de uma válvula de escape, para os negros escravizados, porém, após a chegada da família real ao Brasil a partir de 1808, aquele jogo de capoeira, que ocorria de forma espontânea, popular, foi banido da cultura brasileira, para ser substituído pelos traços da cultura europeia erudita da época.

As perseguições então começaram aos capoeiristas, tornando a vida dos afrodescendentes difícil, no qual muitas sessões de torturas a capoeiristas ocorreram, eram conhecidas como “Ceias dos Camarões”. Em 1821, os capoeiristas, foram perseguidos em Rio de Janeiro de Bahia, entre os anos de 1824-1889, foram determinados através do código penal brasileiro, a proibição da prática da capoeira, inclusive com castigos e execuções em praça pública para quem desobedecesse a lei de proibição.

No entanto, foi na guerra que a capoeira teve maior utilidade, onde os negros foram inseridos na luta pelo Brasil na Guerra da Tríplice aliança contra o Paraguai (1865-1870), essa participação marcou a história da capoeira no Brasil, pois os negros utilizaram dessa arte no combate corpo a corpo, contra os inimigos, muitos foram incorporados no exército brasileiro, justamente por dominarem esse estilo de luta conforme menciona o autor:

Os negros escravos se esmeravam em suas lutas capoeiristas, pois a recompensa poderia ser a conquista da liberdade. Para esse fim, um expressivo número de afrodescendentes foram incorporados ao exército brasileiro, dos quais a maioria praticava a Capoeira, utilizada nos ataques corpo a corpo aos inimigos do Brasil, mas também nos momentos de trégua, eles tinham a permissão das autoridades militares para o jogo da Capoeira, a dança, as lembranças, os saberes populares, a religiosidade. Provavelmente, no front da guerra, quando os homens se encontravam ombro a ombro lutando pelo mesmo motivo, algumas autoridades militares – jovens tenentes oriundos das classes médias urbanas – sentiram-se atraídos, seduzidos pelo jogo da Capoeira, levando-os a percebê-la sem preconceitos. Convém destacar que, por conta da guerra iminente o exército brasileiro reuniu inúmeros negros capoeiras forjando batalhões, um amontoado de guerreiros negros acostumados a driblar as dificuldades impostas pelo império, que nesse momento os reclama de maneira hostil, sendo os mesmos arrancados à força das ruas da cidade do Rio de Janeiro na promessa da liberdade ao final do conflito. Por fim, a ação dos capoeiristas na guerra foi um marco para o início do fim da discriminação da prática capoeirista, que gradativamente foi sendo incorporada no âmbito da sociedade monárquica. (SILVA, 2014, p. 20).

Essa participação do negro escravizado na guerra foi importante, pois marcou o início do fim da criminalização da capoeira no Brasil. Porém, até 1920, a prática da capoeira ainda era proibida no país, porque alguns grupos de capoeiristas lutavam com navalhas presas em seus dedos dos pés, podendo ferir de morte alguns grupos rivais, ou até mesmo políticos, que eram encomendadas a morte por parte de outro rival político. Foi a partir de 1930, que a capoeira começou a ganhar espaço e força, junto com o samba, e outros aspectos da cultura dos afrodescendentes. A mesma seguiu para duas vertentes a capoeira de Angola e a Regional. (SILVA, 2014).

Os elementos africanos na capoeira são evidentes: os instrumentos musicais (tambor e berimbau), a formação em roda, a ginga, os ritmos, muitas das letras dos pontos cantados, os passos da dança. Alguns defendem que foi apenas no Brasil, que esses elementos foram combinados, resultando em uma nova manifestação cultural, vindo de vertentes como a Angola, e várias etnias a Regional. (SOUZA, 2014, p. 131)

Souza (2014) complementa falando que à medida que o africano foi se integrando na sociedade brasileira, passaram a serem denominados de afro-brasileiros, ou afrodescendentes, para indicar que são produtos da grande mestiçagem que ocorreu no país, e que as matrizes brasileira, são africanas, europeias, e indígenas, e que essa mistura está presente em toda parte, basta apenas a pessoa olhar ao seu redor para perceber, as contribuições africanas em grandes quantidades na formação do povo brasileiro.

E Silva (2014), finaliza que em julho de 2008, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN, após várias pesquisas historiográficas e deliberações sobre o valor real da capoeira, como uma realidade urbana da sociedade brasileira, declarou o registro e tombamento da capoeira como um patrimônio imaterial brasileiro. Sendo anunciado pelo IPHAN, a inclusão do ofício dos mestres de capoeira, no livro dos saberes e habilidades e formas de expressão brasileira. Caracterizando a capoeira como uma dança, luta ou jogo, multifacetado e multicultural.

Além da capoeira, há outras manifestações culturais afro-brasileira, que também já se tornaram patrimônios culturais brasileiros, entre eles estão, o Ofício das Paneleiras goiabeiras, o Samba de roda do Recôncavo baiano, o Ofício das baianas de Acarajé, o Samba do Rio de Janeiro que é dividido em samba de terreiro e samba enredo, o Tambor de Crioula no Maranhão. (BRAYNER, 2007).

Toda sociedade possui várias expressões culturais, entre elas esta a dança, a religião, as artes, as vestimentas, os ritmos, e entre outros, e como não poderia ser diferente a culinária, também na história de análises passa a fazer parte desse rol de expressões culturais. Conforme menciona Santos:

Em 1974, o lançamento da coletânea *Faire de l'histoire*, traduzida no Brasil como *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*, trouxe à tona novos paradigmas da História. Na apresentação dessa coletânea, seus organizadores, Jacques Le Goff e Pierre Nora, reivindicavam para a nova História “a coexistência de vários tipos de história igualmente válidos” e defendiam o fatiamento da História, a micro história, em contraposição a uma história absoluta do passado. Historiadores como Jean Paul Aron e Jean Louis Flandrin deslocam o foco da história em migalhas para o comer e para aquele que come. Por meio desses novos paradigmas, os ensinamentos dos *Annales*, a comida deveria ser levada a sério pelos historiadores. (SANTOS, 2005, p.14)

A forma como a cozinha brasileira foi se moldando, foi a partir das influências recebidas, da alimentação dos indígenas, africanos e europeus, onde ocorreram inúmeras combinações de ingredientes, por exemplo, temos o cozido trazido pelos portugueses, e que posteriormente foi introduzido o porco, pelos africanos, e posteriormente dando origem a famosa feijoada brasileira. (PRIORE, 2016).

Outro alimento que também foi sendo adaptado a alimentação brasileira foi o milho, que foi introduzido pelos portugueses no Brasil Colônia, porém passou a ser utilizado pelos indígenas, e posteriormente pelos negros escravizados, já faziam a farinha que praticada essa adquirida dos indígenas, do milho faziam mingaus,

massas, em forma de papa, ou angu ou canjicas, que sempre era servido com leite de vaca fervido, bem parecido com o mungunzá feito atualmente, entre outros pratos servidos na época. (LOPES, 2009, p.16).



Figura 7: influência culinária dos afrodescendentes no Brasil.
Fonte: www.bioquimicaafrobrasileira.com.

Essa mistura de alimentos da culinária africana e a indígena, e a europeia, resultou na brasileira, porém isso foi um longo processo histórico. A princípio os negros que eram capturados e escravizados, ao longo do percurso, recebiam alimentos dos lugares para onde estavam sendo enviados, para se adaptarem, no percurso eram alimentados, com milho, farinha de mandioca, diferentes tipos de feijões, consumiram a cachaça já estava sendo produzida no Brasil, era uma forma dos mesmos irem se adaptando a nova realidade a que estavam sendo obrigados a viverem a partir daquele momento. (LOPES, 2009).

Uma das maiores heranças introduzidas na culinária brasileira, no século XVI, foi a banana, que foi trazida por eles nas travessias transatlânticas, e passaram a serem plantadas ao redor das casas e povoados, além disso vieram, a manga, a jaca, o arroz, o amendoim, e o famoso azeite de dendê, que acompanha vários pratos tipicamente brasileiros em diversas regiões do país, e em troca foi levado para a África, mandioca, caju, abacaxi, mamão, abacate, goiaba e entre outros alimentos. (PRIORE, 2016).

O azeite de dendê foi sendo implantado na culinária durante o período da escravidão do negro no Brasil, pois as cozinheiras que eram de origem africanas, passaram a substituir o azeite de oliva, nas suas comidas, passaram a usa-los nas

frituras de peixes, ao refogar, ou fazer alimentos no escabeche, ou nos ensopados portugueses. (PRIORE, 2016).

Além desses itens citados acima, também teve como contribuição na culinária, alguns vegetais, como quiabo, caruru, inhame, gengibre, açafrão, erva doce, e entre outros. Uma das mais significativas contribuições, foi a pimenta africana que foi introduzida na base da culinária brasileira, a pimenta que à princípio era utilizada e acompanha o prato da galinha d'angola.

Na região Norte alguns escravos africanos, faziam uma espécie de “bucha” da carne do carneiro, que depois se tornou a famosa buchada de bode. Mas na maioria das vezes os escravos se alimentavam mesmo era de pirão de farinha, pois era uma alimentação fácil de ser digerida, pois não tinham muito tempo para comer e rápida de ser preparada. (PRIORE, 2016).

Como a alimentação era escassa nesse período, o negro, deu um jeito de fazer essa comida render, inventou o pirão escaldado que na época era chamado de massapê, feito com a farinha de mandioca, coloca-se água fervente nele, e também para dar um gosto, um pouco de pimenta malagueta, ainda hoje esse tipo de pirão é consumido no meio rural e em áreas ribeirinhas da Amazônia. (PRIORE, 2016).

As negras ofereciam nas praças, angu, mingau de carimã ou de milho, peixe assado, milho cozido, servido em caldo, mungunzá, iguarias vindas da Bahia, possivelmente açaá, caruru, moquecas com o peixe enrolado em folhas, farinha de castanha de caju e milho torradas açúcaradas, o tão elogiado por todos os viajantes, o aluá de arroz. E as carnes: seca, afogueadas nas brasas ou assadas nos braseiros, escaldadas em rápida fervura. Para adoçar a boca e a vida, caldo de cana, rapadura, manuês, bolo preto, pé de moleque, arroz doce com canela, doce de coco ralado, tantos outros foram inventados pela penúria, aproveitando o material próximo para enganar a fome. (PRIORE, 2016, p. 255).

Entre todas essas contribuições, citadas acima, existem algumas que inclusive são conhecidas em todo o Brasil, entre elas estão, o Acarajé, que é feito com a massa do feijão fradinho e outros condimentos, que se transformar em uma espécie de bolinha, frito no azeite de dendê, e servido com camarão e bastante pimenta. O Cuscuz, feito da massa de milho ou de arroz, dependendo do lugar, que é normalmente umedecido pelo leite de coco, que é de origem africana, esse ritual de molha-lo com leite de coco.

Por sua vez, o Mungunzá, feito de milho cozido, com leite de vaca ou de coco, também muito consumido em todo o território nacional. O tradicional Vatapá, que é

um tipo de caldo grosso, feito originalmente de pão ou farinha de trigo, com camarão, ou algum tipo de peixe, podendo ser substituindo ou acrescentado a galinha, com varias verduras, com a pimenta, o azeite de dendê, leite de coco e outros condimentos da preferencia de quem o faz. (PRIORE, 2016).

Nota-se que a culinária brasileira é bem diversificada, e que as contribuições dos afrodescendentes a essa culinária é imensurável, pois os alimentos citados acima, quase todos os brasileiros, consomem alguns desses produtos, em sua alimentação diária, a grande maioria já provou de um delicioso prato de Vatapá, que na região Norte, sofreu algumas adaptações, para a realidade local. Nas festas juninas, nunca falta o famoso Mungunzá, além de outras iguarias derivadas dos alimentos introduzidos pelos africanos no Brasil.

Narloch (2015), relata que 1802, o comerciante inglês Thomas Lindlgey escreveu que as festas feitas pelos baianos, eram bem animadas pois a dança dos negros era sedutora, com uma mistura de coreografia africana e fandangos espanhóis e portugueses, e os músicos sempre eram bem recebidos, o mesmo menciona que o musico mestiço Caldas Barbosa, teria encantado a corte da rainha Dona Maria I, a então chamada de a “louca”, ao tocar seus instrumentos no ritmo de Lundum.

O autor relata que o samba em sua origem, tem sua raiz ancestral o estilo europeu, porem a sua percussão é de origem africana. Pois os primeiros sambistas, liam as partituras dos clássicos, como Jazz, tango e os ritmos tocados nos cabarés parisienses, e entre outros ritmos, e que esse símbolo de que o samba é autenticamente brasileiro, é de um contexto mais recente, sendo apenas símbolo da resistência e da cultura do negro e dos morros cariocas.

Pixinguinha e Donga em 1917 registraram o primeiro samba gravado na história. Os dois começaram a tocar juntos na década de 1970, na casada baiana Hilária Batista da Silva, na Praça Onze, centro do Rio de Janeiro. O quintal dessa casa é apontado como o berço do lugar, o lugar que abrigou o nascimento mítico desse ovo estilo musical. A negra baiana que migrou para o Rio no século XIX, vendia doces vestida com um saia de candomblé e um turbante na cabeça, era a típica figura que inspirou a ala das baianas dos desfiles das escolas de samba. A noite nos fins de semana, músicos, políticos, intelectuais, jornalistas e amigos iam para o samba na casa dela, até então Samba. (NARLOCH, 2015, p. 148).

O autor mencionou que o samba nasceu do povo, no meio deles, pois deve ser preservado, pois é uma parte importante, é uma das expressões culturais mais

fortes e representativos populares, pois tem influencia de outras culturas, mas acabou criando sua própria roupagem, seu ritmo compassado e genuinamente dos trópicos brasileiro, falando em suas letras, a realidade do homem negro pobre e morador desses morros, que foi a situação em que os ex- escravos ficaram após a abolição da escravatura no Brasil, as letras dos sambas, na sua grande maioria, demonstram a contextualização histórica de quem os escrevem, voltada para a realidade de um determinado grupo social.

A religiosa é uma das heranças deixadas pelos povos africanos que foram trazidos na condição de escravos para o Brasil. além da contribuição na cultura, na culinária, nos ritmos, na religião, há ainda algumas que existem e tem vários adeptos nas mesmas. Na cultura africana a religião tem um lugar de destaque, onde a mesma ajuda à pessoa a conseguir, bem estar, paz, harmonia entre o homem e a natureza, portanto, garantindo assim a sua saúde física e mental. (SOUZA, 2014).

Ao chegarem ao Brasil, esses negros, tiveram que se adaptarem a religião predominante que era a Católica, que havia sido introduzida pelos portugueses, na vida dos indígenas, e posteriormente na vida desses negros escravizados, mas apesar desse processo, eles conseguiram manter varias das suas características originarias. (SOUZA, 2014).

Mais atrás, quando falamos do Brasil escravista, vimos a importância e a disseminação dos calundus, em torno dos quais grupos de africanos e afrodescendentes se reuniam para reverenciar espíritos capazes de proteger, de curar e de orientar os que a ele recorriam. Os calunduzeiros e calunduzeiras, mais famosos eram procurados até por brancos, senhores de escravos e mesmo padres que, tendo esgotado os outros recursos a que estava mais acostumados, como missas, rezas, chás, sangrias e entre outros, buscavam nas religiões africanas solução para os males que os afligiam. (SOUZA, 2014, p. 133)



Figura 8: Práticas do Candomblé

Fonte: www.afroaka.com.br

A autora menciona que a partir do século XIX e XX, esse papel dos calundzeiros passou a ser ocupado pelo pai e mãe de santo dos candomblés, na Bahia, Rio de Janeiro, e das Umbandas em São Paulo e Minas Gerais. À medida que as religiões afro-brasileiras, foram deixando de ser perseguidas, ganharam mais praticantes em todo o Brasil, e ganharam mais espaço e força, como religiões oficiais em alguns estados brasileiros.

E são frequentados por pessoas de diversos grupos sociais, busca nessas religiões a solução para diversos problemas, os cultos afro-brasileiros cresceram, e continuam crescendo no país. Nos terreiros, onde abrigam os candomblés e a umbanda são espaços com traços e características marcadamente da cultura africana, tanto na arquitetura, quanto nos desenhos nas roupas, indumentárias e instrumentos utilizados nos rituais.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A referida pesquisa teve como base metodológica o uso de fontes bibliográficas como Monteiro (2013) e Priore (2016), Souza (2014), e entre outros autores que deram subsídio para o desenvolvimento do assunto, que foi abordado na presente monografia. Teve seu caráter qualitativo para facilitar a interpretação das informações levantada que enaltecerão o presente trabalho de pesquisa. A metodologia é o método no qual o acadêmico escolheu para traçar o caminho da sua pesquisa, para obter melhores resultados na mesma.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em um material já desenvolvido, como livros, artigos científicos, material específico sobre o tema desenvolvido na mesma. (GIL, 2008).

Severino (2002) em seu livro Metodologia do Trabalho Científico, especifica que a base bibliográfica é que servirá para dar a fundamentação teórica necessária ao tema que foi abordado, onde o mesmo caracteriza que um estudo bibliográfico é:

Desencadeia-se uma série de procedimentos para a localização e busca metódica dos documentos que possam interessar ao tema discutido. Tais documentos se definem pela natureza dos temas estudados e pelas áreas em que os trabalhos se situam. Tratando-se de trabalhos no âmbito da reflexão teórica, tais documentos são basicamente textos: livros, artigos etc. A bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data etc. Dessa técnica resultam repertórios, boletins, catálogos bibliográficos. E é a eles que se deve recorrer quando se visa elaborar a bibliografia especial referente ao tema do trabalho. Fala-se de bibliografia especial porque a escolha das obras deve ser criteriosa, retendo apenas aquelas que interessem especificamente ao assunto tratado. (SEVERINO, 2002, p. 78).

A monografia tem feito uso da pesquisa com caráter qualitativo, onde se buscou através das informações levantadas organizá-las de uma forma a repassar todo o contexto histórico sobre a situação do negro escravizado e seu legado que ficou para o país após o término do período escravocrata no Brasil.

Este método qualitativo permitiu ao pesquisador, fazer um aprofundamento nos dados levantados, e compreender como as relações se davam entre as pessoas nesse período. Através do uso desse método foi possível entender o porquê de certas situações na cultura e na sociedade brasileira, explorando e identificando certos fatores históricos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, analisando os dados bibliográficos estudados, e analisando a

forte influencia que os afrodescendentes tiveram na formação cultural, social no Brasil.

Esse tipo de pesquisa bibliográfica é necessário na construção de qualquer trabalho científico, pois ela influencia em todas as etapas da pesquisa, pois a mesma dará embasamento ao trabalho, dando a ele um caráter científico. No qual o pesquisador deverá, fazer primeiramente um levantamento de todos os autores da área, depois a seleção dos quais irão contribuir na sua pesquisa, na sequência realizar um fichamento das informações mais relevantes e que poderão se utilizadas por ele no decorrer da construção da sua pesquisa, para depois relacionar os dados com o objetivo que pretende alcançar com a sua pesquisa. (SEVERINO, 2002).

É necessário o pesquisador, fazer uma revisão bibliográfica constante do assunto abordado, para checar se não foram produzidas novas obras sobre o tema abordado, essa revisão da literatura sempre irá acompanhar todas as etapas da construção da pesquisa, independente de qual área seja a pesquisa. (SEVERINO, 2002).

Um dos itens a ser levado em consideração nesse tipo de pesquisa, é a revisão literária, que deverá ser crítica, e levar em consideração os artigos e livros que foram selecionados para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa, através desse criticidade o pesquisador poderá avaliar as obras selecionadas e seu peso histórico para a produção desse trabalho.

Toda a ênfase deve ser dada na metodologia científica utilizada, ou seja, no rigor científico de como foi feito o trabalho. O item principal que deve ser analisado é a parte relativa à Metodologia ou Métodos. Nesse caso é importante procurar identificar:

Para esse tipo de metodologia é necessário, focar em alguns objetivos, como fazer um levantamento histórico do tema a ser abordado, manter-se atualizado sobre esse tema, evitar repetir trabalhos já realizados sobre a problemática a ser estudada, e encontrar respostas para o problema mencionado na pesquisa. (GIL, 2008).

4 RESULTADO DA PESQUISA

A presente monografia se baseou em algumas questões que foram essenciais para norte a pesquisa que são elas: Quais os benefícios econômicos que o Continente Africano trouxe para a América? Quais os motivos que levaram os negros a virem para o Estado do Pará? Qual foi a contribuição dos negros para a sociedade paraense?

No que se refere sobre os benefícios econômicos que a entrada dos africanos trouxe para as Américas, ao longo da pesquisa, ficou claro que foram muitos, pois a formação do Brasil foi através da força e da mão de obra do negro escravizado, literalmente a construção econômica do Brasil, foi através da força e suor e sangue dos negros que foram de forma compulsória para o país.

Em relação à entrada do negro escravizado no Pará, foi para substituir a mão de obra indígena, pois os índios passaram a se rebelar ao trabalho forçado a que estavam sendo submetidos pelos europeus, tanto portugueses, ingleses, francês e espanhóis, e como os europeus, sentiram a resistência do índio para fazerem esses trabalhos pesados e forçados, se viram obrigados a introduzir a mão de obra do africano escravizado na então província do Grão Pará e Maranhão, e assim foi surgindo os primeiros Mocambos do Pará. Quanto aos dados estatísticos da entrada desses negros, pode-se perceber que os autores que pesquisam essa historiografia ainda não chegaram a um consenso sobre essa informação, devido a escassez de fontes sobre a época.

No que se refere às contribuições desse negro na cultura, na política, na econômica, são inúmeras, como se pode notar ao longo da pesquisa, pois a influencia dos negros escravizados, é vista em vários setores da sociedade brasileira, e também na sociedade e cultura paraense.

Com um grande legado na culinária e inclusive nos ritmos que predominam os ribeirinhos, o famoso pirão que muitos consomem na região é herança africana, o ritmo do Lundum que se tornou famoso mundialmente é também um legado dos africanos no estado paraense, e tantas outras contribuições que foram apresentadas ao longo da referida pesquisa.

O objetivo da pesquisa foi alcançado, que era conhecer a história dos africanos e de seus afrodescendentes, analisando parte da historiografia desses negros, desde sua captura na África, até sua chegada à província do Grão Pará.

Os objetivos específicos, como a caracterização da chegada dos europeus a África, foram apresentados; analisando a travessia dos negros nos famosos navios tumbeiros, buscando entender como era a escravidão do negro no Brasil e sua contextualização histórica, dando ênfase a formação dos quilombos no Brasil, e relatando como foi a participação do negro em vários movimentos históricos do país, como a Cabanagem e a Guerra do Paraguai, e finalizando demonstrando quais as contribuições que o negro teve na cultura brasileira e paraense, além de relatar a importância cultural dos patrimônios imateriais que ficaram desse legado.

A finalidade do projeto foi alcançada que era mostrar as contribuições da cultura africana e dos afrodescendentes para formação cultural do país, analisando o contexto histórico dando uma clareza da realidade desses povos que vieram para esse continente, colaborando dessa forma para a ruptura dos estereótipos criados sobre os negros.

5 CONCLUSÃO

A presente monografia “A chegada do Negro no Pará” teve como objetivo mostrar para a sociedade brasileira como é importante conhecer a cultura do seu país. O que de fato levou a pesquisadora a realizar esse estudo foi demonstrar as contribuições deixadas pelos povos africanos no Brasil.

Durante a fundamentação teórica pôde-se perceber que há autores que defendem que o negro teve participações essenciais recorrentes as guerras ocorridas no Brasil, escritores como: MACEDO, MONTEIRO, VISENTINI contribuíram para fundamentar ainda mais a pesquisa.

Através da metodologia, o trabalho teve subsídio para finalizar a pesquisa, com bases orais e bibliográficas. Foram elaborados questionários abertos e fechados com intuito de enriquecer ainda mais o estudo. Dessa forma, a participação do negro se torna nítida na construção cultural do Brasil baseado nas falas dos autores.

Além disso, este estudo irá contribuir para as futuras gerações conhecerem e compreenderem suas raízes, pois os Afrodescendentes até os dias atuais lutam pelo seu espaço, por um pedaço de história, na qual são limitados em livros didáticos, e ignorados pelo sistema.

Portanto, a referente monografia analisou o contexto historiográfico dos negros no Brasil e a realidade deles até os dias atuais, mostrando seus modos de viver, as situações precárias que viviam e as lutas que travaram após a abolição da Lei Áurea, e a colaboração deles para a cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABADIA, Lidia. **A identidade e o patrimônio negro no Brasil**. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de Estudos Anglísticos. Mestrado em Ciências da Cultura, 2010.
- ABREU, Martha (Org.). **O Negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de História**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e do Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- CHIAVENATO, Júlio Jose. **O negro no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9. ED. – Rio de Janeiro: Elsevier. 1990.
- LOPES, Lilian Maria de Siqueira. **A Alimentação no Brasil Colônia**. UNISALESIANO Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2009.
- MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MONTEIRO. Benedito. **História do Pará**. Belém: Amazônia. 2013.
- NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2015.
- NETO, José Maria Bezerra. **Escravidão Negra no Pará (séculos XVII – XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África do Século XVI AO XVII**, Brasília: UNESCO. 2010.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da Gente Brasileira**. São Paulo: Leya, 2016.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. **Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho, e cultura**. Belém: Açaí, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro - A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras – 1995.

SANTOS, C. R. A. dos. **A alimentação e seu lugar na História:...** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005. Editora UFPR

SALLES, Vicente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Jorge Silveira. **A prática da capoeira enquanto patrimônio cultural: trajetórias dos afrodescendentes no Brasil**. Estudios Historicos – CDHRPyB- Año VI - Julio 2014 - Nº 12 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2014.

KOK, Gloria Porto. **Ou História é Esta?** São Paulo: Saraiva. 1997.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Historia da África dos Africanos**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.